

**REUNIÃO
DO
EXECUTIVO**

**MANDATO 2013-2017
ATA N.º 24
DE 26-10-2015**

ATA N.º 24
Mandato 2013-2017

Data da reunião ordinária: 26-10-2015

Local da reunião: Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 15:30 horas

Términus da reunião: 19:20 horas

Resumo diário da tesouraria: 23/10/2015.....5.168.323,88 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Vereadores: Celso Ricardo Pimenta Braz

Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares

António José da Piedade do Carmo

Luís Manuel Sousa Farinha

Ricardo Jorge Figueiredo Segurado

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes

Otilia Margarida Jacinta Torres

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Coordenadora Técnica

Faltas justificadas: Idália Maria Marques Salvador Serrão

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ATA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram quinze horas e trinta minutos, começando por saudar o eleito Celso Braz, presente nesta reunião, em substituição, da senhora Vereadora Idália Serrão, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

--- A seguir deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, verificando-se as seguintes intervenções:-----

--- O **senhor Presidente** na sequência das questões colocadas pelos senhores vereadores Francisco Madeira Lopes e Ricardo Segurado, na última reunião, começou por prestar informações sobre as reuniões que manteve relativas à UNICER e ao encerramento da unidade da RICAL. -----

--- Disse ter mantido uma primeira reunião no dia catorze de outubro, acompanhado da Vereadora Susana Pita Soares, com a comissão de trabalhadores e com dois sindicatos, o SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal e o SINTICABA - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Alimentação, Bebidas e Afins, que expressaram também a sua surpresa com a posição da UNICER, tendo informado que tinham participado em reuniões com o anterior conselho de administração, onde lhes havia sido dito que a RICAL iria continuar. Entretanto, com o novo conselho de administração notaram que havia algumas alterações, mas ficaram surpreendidos até porque, recentemente, foi admitido um novo funcionário para chefia na RICAL. -----

--- Disse ter questionado sobre se o que foi acordado em dois mil e doze com os trabalhadores tinha sido cumprido, tendo-lhe sido respondido afirmativamente, mas alguns trabalhadores nessas negociações aceitaram mudar de funções e após doze meses esse posto de trabalho foi extinto. -----

--- A argumentação da UNICER vai no sentido de que a principal razão para o encerramento da empresa é o decréscimo das vendas em Angola em trinta ou quarenta por cento. Nessa reunião os trabalhadores e os sindicatos disseram que não concordavam

com essa justificação porque o que se vende mais em Angola é cerveja e no caso da RICAL está-se a falar de refrigerantes, portanto, nunca poderia ter influência no mercado angolano. Por outro lado, o mercado angolano tem outro fator associado que é o facto de se estar a falar de uma empresa que tem atualmente lucros médios de trinta milhões de euros por ano, e quando começou a crescer não houve um acréscimo de trabalhadores para acompanhar esse crescimento, pelo que não se compreende que agora que o mercado decresceu tenha que haver um decréscimo de trabalhadores. -----

--- Acrescentou que lhe solicitaram que se continuasse a falar na questão dos fundos comunitários porque consideram ser um fator importante e que pode levar a decisões um pouco diferentes apesar de estarem já um pouco descrentes com a possibilidade de a fábrica da RICAL poder continuar. -----

--- Os sindicatos expressaram todo o apoio aos trabalhadores, referiram que tem sido feito o acompanhamento e criado um gabinete de apoio, estando a ser verificada também a questão das indemnizações.-----

--- Referiu que no dia a seguir à reunião com a UNICER oficiou ao senhor Ministro da Economia solicitando uma audiência e dizendo que gostaria de ver esclarecida a questão dos apoios comunitários. O senhor Ministro da Economia, Dr. Pires de Lima recebeu-o no passado dia vinte e três de outubro, tendo-lhe dito que desconhecia este processo, e que também foi apanhado de surpresa tendo tido conhecimento do mesmo através da comunicação social. Referiu que após rececionar o ofício do Município mandou imediatamente suspender todos os pagamentos dos apoios de fundos comunitários à UNICER até estar esclarecido todo o processo. O ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal está a verificar este processo e o senhor Secretário de Estado está a acompanhar o caso. -----

--- Lembrou que na última reunião o senhor Vereador Ricardo Segurado referiu que lhe tinham dito que a UNICER levava água em cisternas de Santarém para Leça do Balio, pelo que se procurou informar sobre essa questão, tendo chegado à conclusão de que era impraticável. -----

--- **Senhor Vereador António Carmo – Um** - Manifestou-se perplexo pelo que o

senhor Presidente acabou de referir quando disse que o Ministro Pires de Lima tinha ficado surpreendido com o encerramento da fábrica em Santarém, comentando que provavelmente a decisão de encerrar a fábrica de cerveja de Santarém ocorreu num momento em que o mesmo não integrava o conselho de administração. Disse recordar-se que quando houve a decisão de encerrar a fábrica de cerveja em Santarém, o senhor Ministro era Presidente do Conselho de Administração. -----

--- **Dois** – Agradeceu o facto de terem ouvido o seu pedido para que fosse efetuada limpeza das rotundas e do acesso ao planalto, tendo procedido a essa limpeza. -----

--- **Três** – Disse ser habitual que, quer a Câmara Municipal de Santarém quer as empresas municipais publicitem nos jornais da cidade diversas iniciativas, umas por opção, outras porque a própria lei obriga, sendo prática que essas publicações sejam feitas alternadamente num jornal ou noutra, como forma de reduzir as despesas. -----

--- Disse saber que, muitas vezes, por ocasião da realização de determinados eventos em datas muito precisas se decida, e bem, publicitar nos três jornais da cidade, no sentido de não haver uma atitude discriminatória para com nenhum desses órgãos de comunicação social. -----

--- Todavia, disse ter sido surpreendido quando, há duas semanas, um dos jornais da cidade, no caso em concreto “O Ribatejo” foi preterido relativamente à publicidade do Festival Nacional de Gastronomia em capa que surgiu no jornal “O Mirante” e no jornal “Correio do Ribatejo”. Disse ter ficado surpreendido pelo facto de não ter surgido no jornal “O Ribatejo”. -----

--- Assim, solicitou uma justificação objetiva, criteriosa sobre a decisão de não fazer publicidade num dos jornais porque acredita que todos prezamos de igual forma os três jornais da nossa cidade, que os devemos tratar de igual forma e não ter uma atitude discriminatória. -----

--- Senhor **Vereador Celso Braz – Um** – Aludiu ao assunto da RICAL que considera de grande importância para a cidade, referindo que o grupo da UNICER em abril de dois mil e dezasseis vai deixar duas instalações industriais devolutas, questionando sobre o que vai acontecer a esses espaços. -----

--- Considerou esta pergunta relevante porque se os espaços ficarem absolutamente devolutos o Município tem todo o interesse no reaproveitamento dessas áreas que já estão infraestruturadas e precisa, obviamente, oferecer esses espaços ao mercado que esteja interessado na instalação de atividades económicas. Considerou que esta é uma questão a que a UNICER deveria responder.-----

--- Aludiu a outra situação também relacionada com este problema que é o espaço que no início deste século a UNICER diligenciou junto da autarquia para a instalação da plataforma logística e se esse espaço também vai ficar ausente de investimento porque, por força da Lei de bases de ordenamento do território e no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, esse espaço vai passar a ser só rural, ou seja, ou há um investimento a curto prazo ou por força da Lei deixa de ser plataforma logística.-----

--- Considerou estas questões relacionadas com o desenvolvimento económico fundamentais para o concelho e na sua ótica a UNICER tem obrigação de responder ao Município, porque o Município efetuou uma alteração ao Plano Diretor Municipal por via do plano de admissão da envolvente da Estrada Nacional três que facultou esse processo à Unicer e, portanto, a Unicer tem algumas obrigações para com os munícipes de Santarém e para com a Câmara Municipal.-----

--- **Dois** – Chamou de novo a atenção para o problema das tampas de saneamento que se encontram mais elevadas, designadamente, junto da Igreja de Santa Cruz, na Ribeira, no Canto da Cruz, junto à escola de Salvador e junto à Travessa das Figueiras.-----

--- **Três** – Alertou para o perigo de deslizamento de terra no Campo de Futebol da Ribeira de Santarém. Referiu que o campo foi relvado, mas no seu entender numa das áreas do campo, junto ao coreto, mais perto do rio em que o aterro está praticamente no limite da bandeirola de canto, com as chuvas corre-se o risco de parte do relvado deslizar porque não há nenhum muro de contenção do aterro no campo.-----

--- **Quatro** - Disse que tem vindo a assistir às diligências que o Vereador Luís Farinha tem feito no sentido do edificado na travessa do meio da Ribeira de Santarém até à Estrada Nacional, poder ser demolido, tendo o IGESPAR inviabilizado essa demolição.-

--- Considerou importante que o Município assumira uma posição de força porque se a

fachada do edifício ruir para a estrada nacional e for atingido alguém, quem é o responsável? Parece-lhe que o IGESPAR tem que assumir a responsabilidade por não deixar a Câmara tomar algumas atitudes com vista a obviar riscos para as pessoas e bens.

--- Perguntou se o proprietário do prédio que foi atingido pelas terras quando se verificou o deslizamento nas encostas de Santarém, já pode habitar novamente o edifício uma vez que as terras foram removidas. -----

--- Aludiu aos edifícios no Centro Histórico, completamente em ruínas perguntando se a Câmara já notificou os proprietários para manterem e conservarem os edifícios. -----

--- Disse que a Câmara deve ter uma atitude proactiva de enviar a todos os proprietários do centro histórico um ofício para que eles os mantenham e os conservem porque só assim se consegue evitar a ruína. -----

--- Chamou a atenção para um edifício que apresenta uma grande brecha podendo cair para as Escadinhas de Santo António, perguntando se o proprietário foi contactado. -----

--- Referiu que na Travessa de Santa Cruz, junto à Igreja de Santa Cruz na Ribeira também tem um edifício em ruínas, perguntando também se o respetivo proprietário foi notificado. -----

--- Chamou a atenção para outros locais considerando que se a Câmara Municipal não tiver uma atitude proactiva e incisiva, um plano de ação coerente e fundamental para todo o centro histórico corre-se o risco de o centro histórico apresentar grandes dificuldades de circulação dos peões e dos automóveis. Citou também a rua onde o Partido Social Democrata tem a sua sede onde, mesmo ao lado, tem um edifício também completamente em ruínas, que brevemente irá estar em risco de ruir para o arruamento e, portanto, impossibilitar a circulação. Citou diversos exemplos como as Escadinhas de Santo António, Travessa das Figueiras, Calçada de Santa Clara, que vão impossibilitando a circulação devido aos edifícios que estão em ruínas. -----

--- Assim, questionou sobre quais as ações que a Câmara tem desenvolvido junto dos proprietários. -----

--- Senhor Vereador **Francisco Madeira Lopes – Um** – Agradeceu as informações do senhor Presidente sobre o processo da RICAL. -----

--- Aludiu novamente ao prédio existente entre a unidade da UNICER e a unidade, que teria sido alvo de uma deliberação de desanexação com vista a possibilitar o investimento, perguntando se, entretanto, foi tomada alguma deliberação ou encetada alguma ação relativamente à reposição da natureza agrícola do terreno.-----

--- **Dois** – Perguntou em fase está a revisão do PDM - Plano Diretor Municipal e se de facto vai haver algum desenvolvimento significativo até final do ano.-----

--- **Três** – Solicitou informação em relação à sugestão que fez de realização de uma reunião com a Câmara de Alcanena no âmbito do protocolo de intervenções na bacia do Alviela quer no que diz respeito às obras no concelho de Alcanena quer no que diz respeito à obra no Mouchão de Pernes. -----

--- Perguntou se já foi marcada alguma reunião ou se já há uma previsão de data para a reunião alargada que sugeriu e que lhe pareceu ter bom acolhimento. -----

--- **Quatro** – Referiu que no topo da Rua Adelaide Félix, do lado esquerdo de quem desce, numa zona usada para estacionamento de veículos, junto a um local semijardinado está-se a criar uma verdadeira lixeira. Sublinhou que uma zona que está infraestruturada com um jardim e com estacionamento está repleta de lixo e parece-lhe a caminho de se tornar mais uma pequena mini lixeira urbana no espaço consolidado da cidade. -----

--- **Cinco** – A propósito do problema da Quinta do Mata-o- Demo disse ter chegado ao seu conhecimento que o portão teria sido retirado para o lado mas sem a correspondente demolição dos muros e da estrutura que faz correr o portão. Perguntou se esta retirada do portão é do conhecimento do executivo e se deu entrada algum pedido de demolição dos pilares que suportam a colocação do portão porque, caso contrário, assim como em meia hora ou numa hora se removeu o portão ele voltará a ser recolocado no mesmo sítio e voltará a cortar o acesso a uma casa particular que existe junto àquela quinta. -----

--- **Seis** – Na sequência da intervenção do senhor Vereador António Carmo a propósito da utilização de espaços publicitários na Comunicação Social, perguntou qual tem sido o critério da seleção desses jornais na compra desse espaço para perceber se tem havido alguma equidade na distribuição desse recurso ou algum desequilíbrio. -----

--- **Sete** – A propósito da informação do senhor Presidente de que no que diz respeito ao drama dos refugiados do próximo oriente e a sua entrada na Europa, Santarém estaria disponível para receber três famílias perguntou que avaliação é que o município de Santarém fez para chegar à conclusão de que poderia receber três famílias. -----

--- Senhor **Vereador Luís Farinha** – **Um** – Deu conhecimento de uma apresentação que foi feita na passada segunda-feira por parte da Entidade de Turismo do Alentejo e Ribatejo sobre o Plano Estratégico para o Touring Cultural e Paisagístico. Parece-lhe que é de facto um documento de relevância para a cidade na medida em que este plano aborda uma série de roteiros nomeadamente trilhos e rotas, caminhos e percursos, circuitos turísticos, também caminhos verdes. Disse terem feito a apresentação em Santarém e incluiu também os agentes no setor. O objetivo da reunião era não só dar a conhecer esse mesmo plano como poder recolher contributos para aprofundar esse mesmo trabalho. Esses contributos poderão ser fornecidos durante o próximo mês até ao dia vinte e dois de novembro através do site da entidade de turismo. -----

--- **Dois** – Relativamente ao Festival Nacional de Gastronomia informou que hoje amanhã e quarta-feira as entradas são livres à hora de almoço permitindo assim que todos os munícipes possam visitar o festival. O festival foi inaugurado na passada quinta-feira, correu muito bem do seu ponto de vista, está com uma boa adesão, pelo que desafiou todos, uma vez mais, a visitarem e a participarem neste grande evento da cidade e da região. -----

--- Senhora **Vereador Inês Barroso** – **Um** - Relativamente ao passadiço pedonal junto à escola Alexandre Herculano informou que foi encontrada uma solução alternativa para permitir a circulação pedonal- Foi feito a meio do passadiço uma rampa e um acesso que foi criado com manilhas e tout venant para que a parte que vai ser reabilitada, que é a parte mais próxima da escola, possa ser reparada, agora sem o tempo a pressionar. -----

--- **Dois** – No que se refere à Escola Básica Um do Vale de Santarém informou que está programado para dia sete de novembro o abate das palmeiras que estão infetadas com o escaravelho da palmeira. Esta demora resultou do facto de a intervenção ter que ser concertada com a empresa que a vai executar optando-se pelo dia sete de novembro que

é um sábado e as crianças não estão na escola. -----

--- **Três** - Salientou as seguintes atividades que decorreram em Santarém e que tiveram o envolvimento de crianças e jovens, agrupamentos de escolas, docentes e encarregados de educação: -----

--- No dia dezasseis de outubro o município fez o reconhecimento aos seiscentos e dez alunos do quadro de valor e excelência no Convento de São Francisco. Sublinhou a grande participação que o evento teve e que enobreceu o objetivo que se pretendia atingir, que era motivar os alunos de todo o concelho para que continuem a trabalhar para atingir este patamar.-----

--- Na passada sexta-feira decorreu uma gala promovida pela Tagusgás que, no Convento de São Francisco também, fez um reconhecimento aos jovens do distrito de Santarém no campo das artes, da educação, do desporto e do empreendedorismo. Felicitou a TAGUSGÁS pela iniciativa e referiu o quanto se orgulha de haver cinquenta e quatro jovens do distrito que estão a ser reconhecidos por serem alunos de excelência, atletas de excelência, por serem inovadores e criativos no âmbito do empreendedorismo ou por se destacarem no campo das artes. -----

--- No dia vinte e um de outubro a APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental organizou uma caminhada que apelidou de Desporto In Santarém Caminho para a Vitória e que teve a participação de trezentas jovens e adultos de centros de reabilitação e recuperação da zona de Santarém e também de outras zonas do distrito com o Tomar, Entroncamento, que percorreram o centro histórico verificando-se uma envolvência entre estes participantes na caminhada e as sedes dos dois agrupamentos de escolas do planalto, nomeadamente Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira e Agrupamento de Escolas Ginestal Machado, que acolheram os participantes e que também enobreceram e realçaram esta iniciativa da APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental. -----

--- Referiu que esta iniciativa pretendia, mais uma vez, promover atividades de âmbito inclusivo, tinham vários atletas de desporto especial dando aqui um ênfase maior ao atleta que mais medalhas tem ganho nos campeonatos e provas da especialidade

nomeadamente o atleta Bruno Leitão.-----

--- Referiu que o Museu Diocesano de Santarém no dia vinte e três de outubro comemorou os setecentos e cinquenta anos da morte de São Frei Gil de Santarém e em boa hora propôs aos estabelecimentos de ensino a realização de um cortejo pelo centro histórico com aproximadamente trezentas crianças das escolas de Santarém, trajadas a rigor num envolvimento entre o passado e o presente e com uma participação também muito relevante dos alunos, dos encarregados de educação, dos docentes e mais uma vez dos agrupamentos de escolas. -----

--- **Quatro** – Informou que no dia sete de novembro vamos assinalar o lançamento de uma campanha denominada “Chato é” e que pretende sensibilizar os munícipes para quando passeiam os seus animais de estimação não permitirem que fiquem dejetos na via pública. Disse que vai ser feito o lançamento da campanha inserido numa atividade que também comemora o Dia do Animal que foi assinalado a quatro de outubro numa conjugação entre várias instituições quer do canil e gatil municipal quer da ASPA – Associação Scalabitana de Proteção Animal quer de outras associações de defesa e proteção dos animais. -----

--- Convidou todos os presentes a associarem-se a esta iniciativa que irá decorrer nas instalações do Instituto Português do Desporto e Juventude e no terreno sito por traz deste edifício. -----

--- **Senhor Presidente** – Respondendo às questões colocadas a propósito da UNICER e dos espaços que vão ficar devolutos disse estarem a ser desenvolvidas diversas diligências tendo já questionado a UNICER sobre o que tinham planeado para aquele imóvel e como não tem nada previsto a Câmara está aberta a algum investimento que possa surgir.-----

--- No que se refere à limpeza das rotundas disse que habitualmente é feita mas não com a frequência que se quereria e que deveria ser porque a Câmara não dispõe de pessoal suficiente para o efeito tendo que recorrer ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, com a agravante da Câmara estar obrigada a decrescer três por cento do pessoal por ano. Sublinhou que no orçamento está mais uma prestação de serviços para o

ano para a manutenção de espaços verdes. -----

--- No que se refere à questão da publicidade na Comunicação Social disse que o critério habitual é escolher o jornal que apresenta o preço mais baixo. -----

--- Relativamente às tampas de saneamento disse que algumas já tinham sido reparadas, mas outras tem a ver com o pavimento e as obras que foram realizadas. Referiu que há várias zonas identificadas, mas que dizem respeito a empreitadas concluídas há bastante tempo, pelo que, provavelmente vão ter que ser os funcionários da Câmara a proceder à reparação.-----

--- Agradeceu o alerta relativamente ao Campo da Ribeira de Santarém, dizendo que se irá verificar dado que o que foi dito por quem conhece aquele espaço foi que não haveria problemas nesse âmbito. -----

--- Sobre a questão da Travessa do Meio e das posições de força frisou que o primeiro imóvel que foi demolido há cerca de dois anos e meio foi com uma posição de força do Município de Santarém. Disse ter mantido uma reunião com o vice-presidente da Direção-Geral do Património Cultural a quem foi dito que a Câmara não abdica de demolir aquele imóvel face ao estado de degradação em que se encontra. -----

--- Acrescentou que numa das visitas ao local a Direção-Geral do Património Cultural disse que a Câmara tinha razão e concordou com a demolição, mas, relativamente ao outro imóvel disseram que tinha que ser a contenção periférica, todavia já se chegou a uma plataforma de entendimento, estando já está feito o procedimento para demolição do primeiro andar. -----

--- Sobre a questão dos edifícios no centro histórico, afirmou que estes problemas não são apenas de Santarém, mas dos centros históricos do país. -----

--- Referiu que as notificações aos proprietários são feitas sublinhando que estes também têm uma responsabilidade acrescida sobre esta matéria e, por outro lado, há linhas de financiamento para os proprietários, mas estes muitas vezes refugiam-se na Câmara esperando que seja a Câmara a reparar mas as Câmaras para poderem intervir teriam que tomar posse administrativa do imóvel e teriam que dispor de verbas avultadas para esse efeito. -----

--- Prosseguiu referindo que nota uma inflexão relativamente ao centro histórico. Disse que no encerramento do In Santarém estava uma entidade bancária que possui vários imóveis no centro histórico e que os irá recuperar e por no mercado de arrendamento e no mercado de venda, tendo já apresentado os projetos. Esta entidade fez um estudo de mercado onde ressaltou que Santarém é das cidades médias que mais vai crescer nos próximos anos, pelo que decidiu começar por Santarém. -----

--- Sublinhou que durante a realização do In Santarém no verão foram utilizados vários imóveis que estão para arrendamento. Acrescentou que nesta reunião de encerramento estavam agências imobiliárias que no último ano venderam dez prédios e fizeram diversos arrendamentos e estão com uma grande procura no centro histórico. -----

--- Disse ser necessário começar a ver a parte positiva, sublinhando que há entidades interessadas no centro histórico, há pessoas que querem ir para o centro histórico e há pessoas que estão a investir no centro histórico.-----

--- Referiu que uma grande parte dos fundos comunitários de que a Câmara vai dispor vão ser para o centro histórico, apesar de ainda se estar em negociações. Acrescentou que alguns imóveis não são da Câmara, mas é preciso preservar e no âmbito de uma parceria que se fez para a rota das catedrais vão ser recuperadas a Igreja da Graça, o São João do Alporão e a Torre das Cabaças. Sublinhou que Santarém é das cidades que mais património qualificado têm, esperando que até dois mil e vinte ou vinte e dois quem cá estiver possa aproveitar esse quadro para que todo o nosso património seja recuperado. -

--- Informou que a reunião com a Câmara de Alcanena ainda não está marcada porque está à espera de fechar o dossier “orçamentos” na Câmara Municipal para depois poder tratar dessa situação.-----

--- Referiu que o local onde têm vindo a depositar lixo na Rua Adelaide Félix é privado, todavia a Câmara já lá foi fazer uma intervenção.-----

--- Referiu já se terem cortado várias palmeiras por uma questão de perigo e vão ter que se cortar mais algumas para além daquelas que a senhora Vereadora referiu. -----

--- Confirmou a retirada do portão na Quinta do Mata-o-Demo e informou que o advogado escreveu mais uma carta que está em apreciação.-----

--- Relativamente ao acolhimento das três famílias recordou que numa Assembleia Municipal havia informado que estava a tratar deste assunto. Disse ter escrito para o Conselho Português para os Refugiados a manifestar disponibilidade para acolher três famílias porque são as casas que estão disponíveis. Aproveitou para agradecer à empresa J.J. Louro que ajudou a mobiliar as casas. -----

--- Disse querer que esta questão fosse tratada de uma forma discreta, mas, entretanto, o Conselho Português para os Refugiados deu nota para a imprensa. -----

--- Senhora **Vereadora Susana Pita Soares** – Referiu que tem mantido ao longo destes meses contacto com o Conselho Português para os Refugiados, que tem sido feito com a sua Presidente a Dr.^a Teresa Tito de Moraes estando agendada uma reunião para o próximo dia vinte e oito do corrente mês, às quinze horas e trinta minutos, em Santarém para permitir a deslocação às casas que neste momento estão praticamente prontas para poder receber estas famílias. Referiu que na última vez que contactou com a Dr.^a Teresa o próprio Conselho ainda não sabia a tipologia das famílias que Portugal iria acolher e aquelas que poderiam chegar a Santarém. -----

--- Referiu que Santarém tem disponíveis três apartamentos, dois de tipologia T três e um de tipologia T dois. -----

--- Referiu que o que foi feito foi, com todos os parceiros do Conselho Local de Ação Social tentar criar um pacote de medidas que permitam acolher estas famílias que não se sabe ainda se são mais ou menos jovens, se vêm crianças, há um conjunto de informações muito importantes de que ainda não se dispõe, mas está a tentar adiantar caminho criando com os parceiros existentes no Conselho Local de Ação Social um conjunto de ações no que toca à promoção do emprego, à promoção do ensino da língua portuguesa, estando inclusive a ser preparado um minidicionário de acolhimento aos refugiados que lhes permita rapidamente poderem apreender vocábulos básicos da língua portuguesa. Disse ter sido feito o contacto com o Instituto do Emprego e Formação Profissional para a formação e para a promoção do emprego das pessoas que possam chegar. -----

--- Sublinhou que todos os parceiros que têm assento neste órgão colaboraram de

maneira a estarem o mais preparados possível para se poder receber condignamente as pessoas que venham a residir no concelho.-----

--- Salientou o espírito de colaboração da rede social quer dos empresários a quem a Câmara se dirigiu para poder dotar estas casas de equipamentos essenciais, camas, estrados, mesas, cadeiras, eletrodomésticos, roupas de cama, etc. Disse que este é um trabalho que tem vindo a ser feito há vários meses, coordenado pela Câmara Municipal, mas com o contributo de todos os parceiros sociais, das misericórdias, das instituições particulares de solidariedade social, enfim, de todos aqueles que com regularidade vêm às reuniões do Conselho Local de Ação Social definindo conjuntamente esta estratégia. -

--- Senhor **Vereador Luís Farinha** – Começou por afirmar que a Câmara está empenhada em concluir o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, porque sabe dos constrangimentos e dos problemas que o atual Plano Diretor Municipal tem trazido. Referiu que, infelizmente, o processo de revisão do Plano Diretor Municipal não é um processo tão rápido como se desejaria e neste caso tem sido agravado por uma alteração do quadro legal que aconteceu já, pelo menos, três vezes, a saber: a Lei de Bases sai em trinta de maio de dois mil e catorze, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial sai a catorze de maio de dois mil e quinze e o Decreto regulamentar quinze/dois mil e quinze sai a dezanove de agosto. -----

--- O **senhor Presidente** informou que esteve numa reunião na Associação Nacional de Municípios Portugueses onde foi dito que, devido às zonas inundáveis ainda vai haver outra alteração à legislação. Nessa reunião falou-se que para alguns municípios concluírem o processo era bom que pelo menos durante um ano não fosse publicada legislação que viesse alterar premissas que já estavam a decorrer. -----

--- O **senhor Vereador Luís Farinha** prosseguiu referindo que cada vez que sai nova legislação aplicável aos processos de revisão do Plano Diretor Municipal são introduzidos novos critérios e por vezes, como tem sido o caso, podem provocar alterações no trabalho que tem vindo a ser feito. Disse ter mantido uma reunião no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze estando uma nova marcada para três de novembro para tratar especificamente só de matérias com o Instituto da Conservação da

Natureza e das Florestas porque as normas dos planos têm que ser vertidas para o Plano Diretor Municipal e não é fácil esta transposição até porque por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tem existido alguma resistência em aceitar esta transferência, estando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional a mediar todo este processo para se tentar avançar. -----

--- Ainda em relação ao Festival Nacional de Gastronomia deu conta que hoje está a decorrer o primeiro seminário do festival que aborda as artes da mesa e curiosamente teve a oportunidade e o privilégio de fazer a abertura deste seminário que conta com mais de duzentos participantes, entre eles várias escolas profissionais de hotelaria nomeadamente de Viseu, Macedo de Cavaleiros, Santarém, Gouveia, Caldas da Rainha e Portalegre. -----

--- Manifestou a sua satisfação porque a temática suscitou muito interesse, e percebe-se que suscite porque de facto o serviço de sala é fundamental na restauração e fundamental também para a Gastronomia, mas isto revela também que do ponto de vista do impacto e do interesse que a gastronomia está a suscitar também é positivo.-----

--- Informou que na próxima quinta-feira, dia vinte e nove de outubro, realiza-se o segundo seminário que terá com título “As novas oportunidades de negócio no mundo da restauração”. -----

--- Findo o período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **LICENCIAMENTOS DIVERSOS** -----

--- Foram presentes os pedidos de licenciamento, a seguir indicados, para ratificação dos despachos do senhor presidente da câmara municipal que isentaram do pagamento de taxas das licenças especial de ruído:-----

--- De **AGRUPAMENTO DE DANÇAS E CANTARES DE PÓVOA DA ISENTA**, com sede na Rua Movimento das Forças Armadas, trinta e três, freguesia de Póvoa da Isenta, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de festival do coscorão e do arroz doce, nos dias nove

a onze de outubro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de nove de outubro de dois mil e quinze).-----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL TRÊS ALDEIAS**, com sede na Rua de São Simão, Comeiras de Baixo, União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de festas em honra de São Simão, nos dias vinte e oito de outubro a um de novembro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de dezasseis de outubro de dois mil e quinze).-----

-- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos do senhor Presidente, que isentaram do pagamento de taxas referentes às licenças especiais de ruído para realização das diversas atividades, nos dias solicitados, nos termos do número três do artigo trinta e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.-----

OUTRAS DELIBERAÇÕES

--- ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSEIS-----

--- Foram presentes os documentos em epígrafe que aqui se dão por integralmente transcritos, dela fazendo parte integrante (Documento I) e ficando os mesmos arquivados em pasta anexa ao correspondente livro de atas.-----

--- Sobre este assunto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

--- **Senhor Presidente** – Começou por referir que dos orçamentos em que participou este foi talvez o mais difícil de elaborar porque apesar de haver regras bastante claras relativamente ao que tem que ser um orçamento municipal, este foi construído na conjuntura de indefinição política atual, da qual resulta a não existência de proposta de Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, razão pela qual houve a preocupação de manter uma estrutura de receitas e despesas semelhantes à do ano transato.-----

--- Referiu que este é o orçamento mais baixo dos últimos dezoito anos, foi elaborado com rigor e dentro do legalmente exigido, sendo o orçamento possível face à conjuntura

que se atravessa, com a autarquia condicionada pelas obrigações decorrentes do plano de saneamento financeiro em vigor e do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local. Sublinhou que este é o terceiro ano em que se diminui drasticamente o valor da dívida o que também se reflete no orçamento.-----

--- Realçou a atenção concedida à execução orçamental, referindo que vai continuar a apresentar um relatório semestral das contas, para ter um balanço a meio do ano, salientando que no balanço apresentado este ano podia ver-se que já se tinha executado quarenta e quatro por cento da receita. Disse que com este documento pretende que haja uma orientação política que permita verificar se está a conseguir-se executar aquilo que constitui um comprometimento. Referiu que nesta altura essa execução situa-se nos sessenta e sete por cento.-----

--- Disse que recentemente saiu mais um relatório da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e do Tribunal de Contas que procede à análise de todas as contas dos municípios em dois mil e catorze e, segundo este relatório, o Município de Santarém apresenta a décima quarta maior diminuição de dívida face a dois mil e treze, portanto diminuiu a dívida sete vírgula sete milhões de euros; foi o vigésimo quinto melhor resultado económico com dois vírgula nove milhões de euros, para além de ser o quarto melhor município a reduzir o prazo médio de pagamentos de quinhentos e quarenta e sete dias passou-se para sessenta e oito no final desse ano, acrescentando ainda que, segundo a DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, o prazo médio de pagamentos do Município de Santarém, em trinta de setembro de dois mil e quinze é de quarenta e nove dias.-----

--- Prosseguiu referindo que nas grandes rubricas que existem no lado da despesa ainda se mantem a negociação com a Estamo e com a Direção Geral do Tesouro por causa da aquisição da Escola Prática de Cavalaria e do Presídio.-----

--- Afirmou que o ano que entra é determinante no lançamento de projetos estratégicos de especial importância para o concelho, salientando o início da intervenção na estabilização das encostas de cidade, processo cuja resolução se arrasta há anos, mas que finalmente é uma realidade.-----

- Para além deste projeto pretende iniciar a reabilitação do mercado municipal.-----
- Disse ter sido reforçado o apoio ao associativismo desportivo, cultural e juvenil, tendo em conta o papel importante que desempenham junto da população.-----
- Referiu também ter aumentado em cinco por cento as transferências para as juntas de freguesia. -----
- Salientou ainda o investimento nas escolas, realçando os processos que estão mais adiantados, nomeadamente Almoster, Portela das Padeiras, Vale de Santarém e Vale de Estacas com o Campo de Jogos. -----
- Disse também haver verbas para manutenção de zonas verdes, o que é importante dada a falta recursos humanos. Referiu ainda que a questão de recolha de resíduos sólidos está em discussão no âmbito da Comunidade Intermunicipal no sentido de constituir uma empresa intermunicipal que faça a recolha em baixa. -----
- Relativamente a este orçamento para dois mil e dezasseis face ao orçamento de dois mil e quinze assinalou uma diminuição dos custos com o serviço da dívida em um vírgula três milhões de euros, nomeadamente com juros de mora, atendendo a que a autarquia consegue pagar os seus compromissos dentro dos prazos estabelecidos, ou seja desde que se começou a pagar dentro e com prazos bastante baixos, também nos concursos para o Município passou a haver um ganho, tendo já havido concursos que ficaram abaixo do preço base porque há a segurança de quem fornece ao Município de Santarém que recebe dentro dos prazos estabelecidos refletindo-se, no final do ano, em muitos milhares de euros. -----
- Salientou ainda o contrato de conservação e manutenção de estradas, que não é um projeto de dois mil e dezasseis, mas terá execução em dois mil e dezasseis.-----
- Frisou que o orçamento de dois mil e dezasseis mantém a tendência de consolidação financeira, pretendendo-se preservar o bom nome da Câmara Municipal de Santarém, já reconquistado perante todos os parceiros, desde empreiteiros a pequenos fornecedores, desde freguesias a associações culturais, desportivas e juvenis, com respeito pelo esforço coletivo dos munícipes de Santarém, e com os olhos postos num novo ciclo de desenvolvimento, contando com o apoio do novo quadro comunitário. -----

--- Sublinhou que se tem conseguido apresentar estes resultados, nomeadamente a diminuição da dívida, e ser dos municípios que mais tem conseguido fazer essa consolidação da dívida sendo importante fazer a consolidação da dívida neste momento para aproveitar o novo quadro comunitário.-----

--- **Senhor Vereador Ricardo Segurado** – “O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis, que hoje somos chamados a apreciar, é um orçamento “chapa cinco”, “escravo” do Programa de Apoio à Economia Local e do Saneamento Financeiro que a Câmara foi obrigada a fazer, mas também podemos dizer que se trata de um orçamento pré-eleitoral.-----

--- As notas de grande preocupação prendem-se com o facto deste orçamento continuar a não apresentar um rumo, um objetivo e uma ideia para o crescimento do nosso concelho. Constatamos, novamente, que o orçamento e as Grandes Opções do Plano continuam a não traçar o caminho que Santarém necessita.-----

--- Denota uma falta de estratégia para a cidade, promovendo uma gestão ao sabor do preenchimento das várias rúbricas orçamentais.-----

--- Não são revelados, mais uma vez, projetos distintos, capazes de promover de forma consequente e sustentável a melhoria da qualidade de vida dos *Scalabitanos*, o incremento da dinâmica social e empresarial, a criação de emprego e novas oportunidades.-----

--- E convém lembrar que os residentes em Santarém pagam os impostos municipais mais elevados do país e que a este pesado nível de carga fiscal, definitivamente, não corresponde um nível de exigência devido na gestão municipal.-----

--- A melhor expressão de tudo isto pode encontrar-se nos seguintes pontos que passamos a apresentar:-----

--- Um. Desde logo, o facto de comprometer para o ano dois mil e vinte, sim é verdade dois mil e vinte, cerca de trinta e sete milhões oitocentos e vinte e dois mil oitocentos e trinta e nove euros. Ou seja, fazendo o exercício face ao previsto no Orçamento para dois mil e dezasseis, é possível afirmar que estão já comprometidos oitenta e dois por cento do total do Orçamento para dois mil e dezasseis.-----

--- Dois. Apresentam-se cinco milhões setecentos e trinta e três mil oitocentos e trinta euros de Financiamento não Definido o que revela a enorme imprevisibilidade da execução para o Orçamento do ano de dois mil e dezasseis. É verdade que o município pretende candidatar verbas a Fundos Comunitários, ao Portugal Vinte Vinte. Mas, como todos sabemos, o Portugal Vinte Vinte ainda continua quase só no papel, com uma execução quase inexistente, e quase reduzido aos custos estruturais e de funcionamento. O melhor exemplo disso mesmo é o Banco do Fomento. -----

--- Três. Os novos investimentos para o ano de dois mil e dezasseis são inferiores a dez por cento do total do Orçamento (apenas quatro milhões trezentos e um mil duzentos e trinta e quatro euros); -----

--- Aliás: -----

--- a) Dos quatrocentos e trinta e seis projetos inclusos nas Grandes Opções do Plano, trezentos e quarenta e oito são projetos já executados e concluídos (correspondentes a setenta e nove vírgula oito por cento ver quadro resumo, código cinco) que têm um financiamento definido (significa previsão de receita para alocar) de vinte e um vírgula sete milhões de euros (corresponde a oitenta e três vírgula dois por cento do financiamento total definido para dois mil e dezasseis, que é de vinte e seis vírgula um milhões de euros). Conclusão: cerca de oitenta e três por cento do orçamento (Grandes Opções do Plano) é para pagar projetos/obras já concluídos (dívida). -----

--- Questão: Não era suposto o Programa de Apoio à Economia Local cobrir a quase totalidade da dívida? -----

--- b) Existem apenas cinquenta e sete projetos previstos nas Grandes Opções do Plano dois mil e dezasseis que não estão iniciados e que deverão iniciar em dois mil e dezasseis (código zero) e que ascendem a “apenas” um vírgula oito milhões de euros (financiamento definido muito reduzido). O restante financiamento para o ano dois mil e dezasseis (não definido) ascende a três vírgula oito milhões de euros (é muito, a fazer conta com os apoios comunitário). Pior, estes projetos já vêm quase todos do ano dois mil e quinze, ou seja, ficaram no papel. -----

--- c) Há vinte e sete projetos (nove mais dezoito) com estudo técnico concluído /

adjudicados ou em execução, que correspondem a nove vírgula quatro por cento do total dos projetos inclusos nas Grandes Opções do Plano (dois vírgula quatro milhões de euros para executar em dois mil e dezasseis, mas com dois vírgula nove milhões de euros para executar em anos futuros). -----

--- Quatro. E sobre o pouco investimento previsto, nalguns casos, ou é redundante ou é de utilidade questionável, revelando uma falta de rigor estratégico inaceitável. Surgem investimentos que julgávamos estarem abandonados face à discussão ocorrida com a Carta Educativa. São propostos mais de cinquenta e cinco mil euros para a Construção do Centro Escolar Santarém Norte. Vamos criar mais um elefante branco? Com a redução da população estudantil e com a redução na natalidade, vamos construir outro Centro Escolar, nesta fase? -----

--- Cinco. Continuam a imputar-se verbas para a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, cerca de treze mil duzentos e oitenta e cinco euros, sem que se perceba o que pretendem fazer ou se está em causa a manutenção de gastos, sem programação de investimentos.-----

--- Seis. Reincide-se no adiamento do pagamento de dívidas sempre previstas nos últimos Orçamentos, desde dois mil e nove. Compromissos que vão sendo atirados para debaixo do tapete, relativas ao pagamento das antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria e Aquisição do Presídio Militar, com impacto relevante nas contas municipais;

--- Sete. Surgem novos custos com o Centro de Cremação de Santarém, valor parco, depois do muito que já foi gasto em estudos e viagens, e sem se saber a sua localização e modelo de gestão. -----

--- Oito. Os subsídios à Viver Santarém são superiores a setecentos mil euros, valor bastante elevado o que pode indiciar um preocupante descontrolo na gestão desta empresa. -----

--- Nove. Os custos com iluminação são consideráveis, questionando-se o que está a ser concretizado ao nível da reconversão da iluminação pública. -----

--- Dez. As despesas relativas a Informática encontram-se repartidas, pelo que se questiona se não deveria de ser uma área a gerir no âmbito da modernização

- administrativa, em visão global, coordenada pelo serviço de informática?-----
- Onze. A promoção turística é inexistente, prevendo apenas cinco mil euros, tanto como o Museu da Gastronomia, não se apostando no potencial histórico e cultural de dimensão nacional do nosso concelho, e menorizando o seu papel central na dinamização do comércio, da hotelaria e da economia local.-----
- Doze. O Centro de Inovação Empresarial de Alcanede e o Centro de Empreendedorismo de Santarém apresentam um valor individual de cinco mil euros. Para quê?-----
- Treze. Os bombeiros possuem cento e noventa mil e quarenta e sete euros, para o Plano de Emergência no Centro Histórico, prevê-se quinhentos euros para o ano de dois mil e dezasseis. Onde está este plano?-----
- Catorze. O Plano de ação do Centro Histórico, com trinta e cinco mil euros, no que é se concretiza e o que são os prémios e ofertas?-----
- Quinze. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – oitenta e seis mil setecentos e quinze euros - concretiza-se em quê?-----
- Dezasseis. Continuamos a duvidar nos termos e na razão do investimento no Instituto Português do Desporto e Juventude. Face à sua localização deveria ser aproveitado para criar um espaço para a juventude pernoitar na nossa cidade.-----
- Dezassete. As freguesias não têm verbas para que possam fazer novos investimentos. A exceção será para intervenções na rodovia.-----
- Dezoito. Aliás, as freguesias voltam a ser o “mal-amado” deste orçamento. Desde dois mil e dez que as Grandes Opções do Plano para as freguesias não têm aumentos, e o crescimento de cinco por cento nos duodécimos, neste orçamento, é manifestamente reduzido para o papel que as mesmas têm desenvolvido, com uma responsabilidade crescente;-----
- Dezanove. Estranhámos mesmo, e deixamos a pergunta, se existe algum erro na classificação com cinco das verbas constantes das páginas treze a dezassete, relativas às freguesias, uma vez que estas despesas não estão todas realizadas.-----
- Vinte. E quanto ao apoio ao Associativismo Jovem, uma novidade neste orçamento, é

necessário saber quem são os beneficiários, como vai ser avaliada a atribuição deste apoio, quais os critérios e se estamos a falar de Associações inscritas no RNAJ. Está prevista a elaboração de regulamento municipal, aprovado em assembleia municipal, que confira transparência e equidade na atribuição dos apoios?-----

--- Vinte e um. Por fim, ainda se constata neste orçamento a previsão de transferências para a freguesia do Pombalinho, hoje no concelho da Golegã, pelo que devemos questionar se a negociação desta transferência de concelho foi bem realizada. -----

--- Há, contudo, notas positivas, destacando-se o reforço ao Associativismo Desportivo, que bem merece, e ao Associativismo Cultural. -----

--- Mas, convém ter memória e recordar que durante anos os clubes e as associações não receberam qualquer verba pelo papel que desempenham na sociedade scalabitana. -----

--- Pelo menos quem tem memória não esquece as dificuldades criadas, os obstáculos enfrentados, as oportunidades perdidas nestes últimos anos que podiam ter sido evitadas. Um prejuízo social que nunca devia ter acontecido. -----

--- Concluo senhor Presidente afirmando que, face ao conteúdo do orçamento da Câmara Municipal de Santarém, este não é decididamente o Orçamento do Partido Socialista.” --

--- **Senhor Vereador Madeira Lopes** – “Ao ler o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis que nos foram submetidos para apreciação e votação nesta reunião, não obstante o tempo ser relativamente limitado perante a importância destes documentos, ademais quando acompanhados dos orçamentos das empresas municipais da Águas de Santarém e da Viver Santarém, e sem prejuízo da avaliação que a CDU – Coligação Democrática Unitária venha a fazer ainda em sede de Assembleia Municipal, órgão que com a sua aprovação dará real existência legal a este instrumento estruturante de política municipal, ficámos com a sensação que estávamos a ler o documento do ano passado. O senhor Presidente referiu uma nova descida drástica da dívida, mas não houve uma descida drástica do orçamento: o desinchar dos dois últimos anos agora deu lugar a uma estabilização (em dois mil e catorze baixou vinte e cinco por cento, dois mil e quinze, vinte e três por cento e agora para dois mil e dezasseis em um por cento). Um ano passou, e nada mudou.-----

--- Sentimo-nos tentados a repescar a intervenção e as críticas que então fizemos e a voltar a lê-la. Mas não faria sentido. Outra análise impõe-se fazer. Não obstante as críticas que então fizemos se manterem, infelizmente, atuais, não se pode escamotear que o tempo nos vem dar razão em relação ao mais importante que é: este executivo está parado no tempo.-----

--- Do orçamento de dois mil e quinze para o de dois mil e dezasseis nada aconteceu. Bem, dir-se-á paga-se dívida. Como se disse dos outros orçamentos anteriores desde que estamos amarrados ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local e ao Plano de Saneamento Financeiro. Mal seria, repetimos, se assim não fosse. Mas e a vida para lá da dívida? Mas e a ambição para lá do deve haver do dia-a-dia? Mas então governar uma câmara municipal para o PSD – Partido Social Democrata é só isto?-----

--- Não nos entendam mal. Pagar a dívida é fundamental. Ser honesto e sério com os nossos credores, principalmente com as empresas e fornecedores, é fundamental. Não embarcar em ilusões, histórias da carochinha, orçamentos irrealistas e superinflacionados ou em elefantes brancos virtuais para enganar o povo, é imperioso. A gestão de má memória do PSD do tempo de Moita Flores foi tempo de despesismo descontrolado, de satisfação de clientelas, de muito foguetório, numa altura em que o Partido Social Democrata e o atual Presidente estiveram coniventes ou aplaudindo e foi designadamente a Coligação Democrática Unitária quem então fez oposição, alertas e denúncias. Hoje os protagonistas mudaram. Fizeram-se alguns progressos, reconhecemos: os orçamentos reduziram-se para números mais realistas. O prazo médio de pagamento a fornecedores reduziu-se. Está-se a tentar regularizar a situação com as freguesias, embora ainda com disparidades e em que os critérios nem sempre estão claros. Mas algo mais tem de se dizer: o que não se passa.-----

--- A verdade é que este orçamento é um deserto.-----

--- É mais um orçamento de pagar dívida e só de pagar dívida. Valha-nos as obras (que ainda estamos para ver) das encostas do planalto scalabitano e do Mouchão de Pernes para servir de cobertura açucarada de um bolo que, depois de partido e fatiado se revela seco, sem sabor e até já com bolor nalgumas camadas.-----

--- À direita, nada de novo. Os serviços e os trabalhadores fizeram a sua parte, cumpriram a sua função. Mas quem supostamente os deveria dirigir claramente não o fez. Onde está a estratégia? Onde está o rumo? Onde estão as prioridades? -----

--- Vamos a meio deste mandato e o Partido Social Democrata já teve mais que tempo de definir essas estratégias e esse rumo. Mas não o fez. Continua a navegar à deriva sem capacidade para qualquer rasgo de reforma camarária, de mudança, de preparação do futuro. Sabemos que os tempos são difíceis para investimento público sem participação comunitária, mas perante o quadro comunitário que se avizinha, não nos parece que o orçamento esteja preparado visando o seu aproveitamento estratégico que vá além de uma ou outra candidatura de ocasião ao sabor do vento. Já nem sequer se trabalha para a reposição e manutenção das condições mínimas de bem-estar das populações do concelho. O PSD limita-se a esperar sentado até ao final do mandato distribuindo simpatias sorrisos e palmadinhas nas costas. Santarém definha, perde oportunidades, perde tempo precioso para preparar o futuro.-----

--- Os problemas das pessoas não são resolvidos, nem sequer a questão da higiene e limpeza do concelho, da conservação viária. A relação com os concessionários de espaços públicos e municipais é descuidada, perdendo-se receita municipal por incúria e má gestão. A Zona Industrial vai-se esvaziando acentuando cada vez mais a sua natureza armazenista e de stand automóvel. As Zonas de Desenvolvimento Económico de Pernes e Alcanede são projetos eternamente adiados, o campo Emílio Infante da Câmara e a Ex-Escola Prática de Cavalaria continuam sem sequer se discutir com a oposição e com a população o que se pretende para aqueles espaços nobres da cidade. A Requalificação e vivificação do Centro Histórico são uma miragem no deserto em que, à semelhança da política do PSD para Santarém, se vai cada vez mais tornando.-----

--- O PSD ganhou em dois mil e treze, embora tangencialmente as eleições. Passou-se metade do mandato. Tudo parece estar à espera. É vossa a responsabilidade de lançar pontes, construir futuro, mas não o estão a fazer. Nem com os empresários, nem com os proprietários, nem com as associações nem com as populações rurais ou habitantes da cidade. Estão sentados como a nêspera do Rifão quotidiano de Mário Henrique Leiria

magistralmente dito pelo nosso saudoso Mário Viegas. -----
--- Não basta lançar à pressa e sem sustentação a ideia, aliás já batida, da renovação do Mercado Diário, ou de um centro de cremação cuja ideia também tarda em ser discutida publicamente, ou a recuperação da Igreja de São João de Alporão, para disfarçar este facto. -----
--- Não se vislumbra aliás quanto a estes projetos nada de concreto para além, porventura, da elaboração dos respetivos projetos, sendo várias as rubricas das Grandes Opções do Plano que apenas apresentam abertura da rubrica com valores baixos e redondos sem real perspetiva de concretização e sem financiamento garantido. Por exemplo, em relação à Encosta de Santa Margarida, só em dois mil e dezoito se prevê a realização das primeiras despesas. Dizer que considera o dever cumprido apenas com a assinatura do protocolo parece-me uma total desresponsabilização em relação à situação presente e futura. -----
--- A mudança de gestão pública na Câmara Municipal de Santarém não se faz lançando para o charco uma ou duas ideias de hipóteses de investimento, para tentar agitar as águas paradas da câmara. Os círculos concêntricos que criam vão-se esmagar contra as margens da dívida, da austeridade e dos atrasos na abertura dos regulamentos de candidaturas aos fundos comunitários, não vão oxigenar nem criar vida nessas águas. É preciso reformas mais profundas. Apostar nos trabalhadores da autarquia, aliando a sua experiência à formação de que necessitam. Ouvindo o que têm a dizer. Envolver as forças vivas da cidade. Dialogar com os Municípios vizinhos e da nossa região assumindo a liderança regional, em vez de relegar e delegar cada vez mais para a CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Criar sinergias. Fazer opções. Olhar para o nosso mundo agrícola e florestal, e para lá do eucalipto, olhar para a Serra de Aire e Candeeiros e perceber que há la mais do que apenas pedra para extrair. -----
--- Não podemos querer ter tudo nem ser tudo, é certo. Mas temos que escolher um caminho e fazer as nossas apostas. O PSD não aposta em nada. E não nos venham dizer, como andaram a fazer nos dois primeiros mandatos, que apostam na educação pois o que fazem é limitar-se a gerir os pesados encargos que aceitaram acriticamente da

Administração Central. Nem sequer a prometida negociação do protocolo de transferência de competências que o senhor Presidente aqui nos apresentou, reconhecendo os desequilíbrios para o Município que daí resultaram e as dificuldades em continuar a prestar um serviço público tão fundamental como o da preparação das futuras gerações, conheceu algum avanço: continuamente o senhor Presidente empurra com a barriga para a frente dizendo que ainda não sabem fazer as contas para confrontar o governo com essa situação. Ó senhor Presidente, essa desculpa já não cola.-----

--- O processo iniciado para a criação de uma estratégia para o Centro Histórico foi uma ideia interessante, mas foi só um primeiro passo. Que conclusões já se tiraram? E o Plano Diretor Municipal? E a opção do turismo ou a reavaliação das relações com as freguesias designadamente o binómio cidade e rurais.-----

--- Lamento, mas tenho estado a falar principalmente do que o orçamento não contém nem deixa entrever, mas que deveria conter. Prioridades, estratégia, visão. Bem se pode agradecer ao Departamento de Administração e Finanças da autarquia: foram eles quem elaborou o orçamento. -----

--- A matriz do pagamento de dívida é claro quando olhamos para as Grandes Opções do Plano dominadas pelo número cinco, isto é, pagar dívida de ações já executadas – ou seja a grande opção política é pagar dívida. Por exemplo, em relação à cultura, para dois mil e dezasseis, as Grandes Opções do Plano apenas apresentam dívida para pagar, tal como apresentam dívida para pagar em relação ao Turismo, em relação à Proteção do Ambiente e Natureza ou Comércio e Turismo. -----

--- Finalmente deixamos uma preocupação. Que o aumento de despesa no que toca a prestações de serviços não seja o sinal de retorno ao *outsourcing*, à privatização e entrega de serviços aos privados com ou sem o concurso da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo ou da Resitejo mormente na área da recolha e tratamento dos resíduos em baixa e em alta. Desafiamos o PSD a resistir a essa tentação e tendência nacional e estamos disponíveis para combater mais essa pseudo inevitabilidade, combate esse que necessita do concurso de todas as forças políticas e dos vários municípios e para a qual estaremos disponíveis, mas para fazer parte da solução

desde o início e não para aprovar soluções em pacote apresentadas já embrulhadas e prontas a aprovar. Tal como a tentação de aderir ao FAM mesmo com a cenoura dos juros mais baixos, pois a chibata do colete-de-forças que imporá corre o risco de não compensar. O tempo é de diálogo e de compromisso a nível nacional como municipal. Aqui como no país, o PSD está em minoria. Saibamos elevar a política e a democracia e estarmos à altura desses desafios.-----

--- Terminando, perante um orçamento de pagar dívida, o que se evidencia quando se consagra sessenta e quatro por cento (vinte e nove milhões quatrocentos e setenta e dois mil duzentos e cinquenta e quatro euros) de despesa corrente e trinta e seis por cento (dezasseis milhões quinhentos e oito mil oitocentos e cinquenta e três euros) da despesa de capital. Perante um orçamento que é quase só um Programa de Apoio à Economia Local e um Plano de Saneamento Financeiro sob outra apresentação, embora com as já recorrentes incongruências de números entre uns e outro, o que dizer? Que não nos contentamos com a fé do senhor Presidente. Que Santarém precisa de mais, que Santarém quer mais, quer ser mais, mais do que sobreviver e ultrapassar esta crise é preciso fazê-lo lançando bases para um futuro com desenvolvimento sustentável, com serviços públicos eficazes e que deem respostas aos cidadãos, às famílias e empresas, aliviando a carga fiscal dos munícipes. -----

--- Este orçamento só mostra essencialmente mais do mesmo e a resposta da Coligação Democrática Unitária não pode substancialmente diversa da que tem sido nos anteriores orçamentos.”-----

--- **Senhor Presidente** – A propósito da intervenção do senhor Vereador Ricardo Segurado disse ter notado algumas incongruências nomeadamente quando diz “um orçamento chapa cinco, escravo do Programa de Apoio à Economia Local, mas ao mesmo tempo já eleitoralista”. Disse que se se comparar, no ano de dois mil e um havia um orçamento de sessenta e cinco milhões de euros e no ano de dois mil tinha cinquenta e nove milhões setecentos e trinta e três milhões de euros. Efetivamente os orçamentos eram destes montantes, mas depois as execuções eram muito mais pequenas.-----

--- Sublinhou que o PSD – Partido Social Democrata não ganhou à justa nas últimas

eleições para a Câmara ficou a dois votos de uma maioria absoluta. -----

--- Relativamente à questão dos financiamentos não definidos e das rúbricas para outros anos chamou a atenção para as fases de execução, em que se verifica que a ação cinco corresponde à ação onde não é relevante o estado de adiantamento por se manterem ao longo do ano (não sendo possível indicar o início e o fim), como por exemplo, maquinaria e equipamento, equipamento transportes, grandes conservações, etc.-----

--- Referiu ser necessário ter consciência dos orçamentos que atuais e das transferências do Estado, ou seja não é possível tendo em conta os cortes que se verificaram colocar projetos e fazer orçamentos como foram feitos noutros anos. -----

--- O orçamento que está a apresentar é realista, tem os projetos que queremos e que vão ser concretizados, quanto mais não seja porque também estamos obrigados. A este propósito disse não concordar com muitas questões legais, mas esta de estar obrigado, pelo menos, a cumprir oitenta e cinco por cento dos orçamentos pensa ser uma boa medida, porque muitos orçamentos continham muitos projetos, mas depois a concretização ficava pelos trinta a quarenta por cento e atualmente, nesta altura do ano, o orçamento já está com sessenta e sete por cento de execução.-----

--- Relativamente à questão de pagar dívida disse que nas despesas da educação há projetos já executados, ou seja, há despesa para a educação que é nova, assim como a na iluminação pública vão surgir projetos de iluminação pública mais sustentável ao nível da semaforização e também ao nível da iluminação pública. -----

--- Relativamente à questão dos investimentos que não vão ao encontro da carta educativa, disse serem projetos que estavam a decorrer, ou seja, estes projetos ainda não estão terminados, foram contratualizados e enquanto não forem pagos têm que aparecer no orçamento. O mesmo acontece com algumas juntas de freguesia. São feitos os acordos de pagamento com as juntas de freguesia, a Câmara paga às juntas, mas como está a pagar a dez anos só desaparecerá do orçamento da Câmara passados dez anos. ----

--- O mesmo acontece com a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes.-----

--- No que se refere à Escola Prática de Cavalaria disse que se ficou com um património muito importante, mas está em negociação com o Estado e considera que é uma

negociação justa que não aproveitou ao Município de Santarém, e eventualmente conhecendo mais dados o preço poderá ser outro e é isto que está a tentar fazer. -----

--- Sobre o centro de cremação disse terem sido feitas algumas alterações ao projeto, referindo que a verba que consta no orçamento se destina a despesas administrativas com o processo. -----

--- No que se refere à Viver Santarém disse ainda existir alguma dívida que até ao final do corrente ano não se vai pagar, estando previsto o ano de dois mil e dezasseis para este projeto.-----

--- Sublinhou que a iluminação pública é uma rubrica com muito peso. No sentido de diminuir esta despesa foram implementadas algumas medidas, designadamente, as luzes acendem-se vinte minutos mais tarde e apagam-se quarenta minutos mais cedo e com esta medida poupam-se alguns milhares de euros que são importantes. -----

--- Relativamente à questão da promoção turística disse que a Câmara tem alguns planos que irão ser apresentados, embora seja Entidade Regional de Turismo que irá fazer grande parte da promoção já que os municípios claramente perderam competências nesta área. -----

--- Considerou ser importante começar a desenvolver o Centro de Empreendedorismo de Alcanede para o qual espera vir a ter fundos comunitários, assim como para o Centro de Inovação de Alcanede. -----

--- No que se refere ao plano do centro histórico e à questão dos bombeiros disse ter-se deixado uma verba não definida porque se aguardam vários projetos que vão ser executados por uma entidade que foi contratada via comunidade intermunicipal que é a Municípia que está a ultimar esses projetos. -----

--- Relativamente ao Instituto Português do Desporto e Juventude disse ser uma rubrica que depois terá que ser provavelmente reforçada porque ficou acordado que seria feito um protocolo com o Instituto Português do Desporto e Juventude, para a requalificação da cobertura do edifício. -----

--- Sobre a questão das freguesias disse que, para além dos cinco por cento a mais de transferências para as juntas de freguesia, existe um milhão quatrocentos e noventa e um

mil euros de verba disponível para as juntas de freguesia, da qual seiscentos e noventa e oito mil euros correspondem a obras que as juntas, entretanto foram fazendo e que, entretanto, enviaram a documentação para deliberação da Câmara. Após essas deliberações resta uma verba no montante de setecentos e noventa e dois mil euros disponível para as juntas de freguesia. -----

--- Relativamente ao associativismo jovem, disse não haver nenhum apoio atribuído que não seja com base num regulamento, que será também emanado do Conselho Municipal de Juventude. -----

--- A propósito da dívida com o Pombalinho disse haver verbas no orçamento que dizem respeito a deliberações já muito antigas para as quais nunca chegou documentação e eventualmente, nos próximos anos vão ter que ser retiradas. Disse já terem sido feitos acertos e terem que ser feitos mais no sentido de retirar do orçamento algumas destas rubricas.-----

--- Respondendo ao senhor Vereador Madeira Lopes quando diz que governar não é pagar dívidas, pode não ser, mas a verdade é que têm que ser pagas e tudo o que libertamos é para investimento. -----

--- Sublinhou que o Município irá recorrer aos fundos comunitários que embora possa não ser tão atrativo para os municípios como foi outrora, mas o município de Santarém pelos rácios que tem apresentado tem a capacidade de poder ir recorrer a esse quadro comunitário e não o pode desperdiçar. -----

--- Sublinhou que se as obras foram feitas o Município tem que as pagar, mas agora quer muito mais investimento, mas na conjuntura atual, sem orçamento de Estado, sem perspectivas de poder ter coisas mais concretas e com a possibilidade clara de, entretanto ser necessário alterar o orçamento, este orçamento só pode ser parecido com o do ano passado, nomeadamente do ponto de vista da receita. Salientou, no entanto, a existência de projetos muito importantes como o Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém (PGEES). Frisou que a intervenção na encosta de Santa Margarida está prevista não para dois mil e dezoito, mas para o próximo ano já. -----

--- Relativamente ao comentário de que nada foi feito recordou o campo da ESAS, o

campo da Ribeira, o Centro Escolar, agora mais recentemente, o Centro de Inovação Empresarial.-----

--- Sublinhou que atualmente se fazem menos obras, mas as que se fazem pagam-se.----

--- Referiu que no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio vai ser possível concretizar bastantes investimentos, por exemplo no centro histórico. Disse ser importante pagar dívida agora para quando chegar o quadro comunitário o Município poder aproveitar. ---

--- Sobre a questão da educação que o senhor vereador Madeira Lopes acusa de se estar a empurrar com a barriga por falta das contas esclareceu que as contas existem no entanto, como é do conhecimento geral, nos termos do protocolo de transferência de competências tem que haver uma reunião de uma comissão composta um representante do Ministério da Educação, um representante da Câmara Municipal de Santarém e um representante dos agrupamentos de escolas e, apesar de já ter sido solicitado pela Câmara Municipal de Santarém o Ministério ainda não indicou o representante. Disse já ter valores e pediu a realização da reunião para demonstrar. Acrescentou que com a redução do número de alunos e de estabelecimentos escolares, neste momento o diferencial entre a transferência e o que o Município gasta ronda os trezentos e poucos mil euros por ano.

--- Disse estar prevista uma verba de sessenta mil euros, com base no regulamento que já está aprovado para distribuir pelas associações culturais. Não será uma verba muito elevada, mas serão as verbas que se podem dar.-----

--- Relativamente à questão da privatização e do outsourcing disse falar sobre esta matéria face às dificuldades em termos de recursos humanos. -----

--- Referiu a dificuldade em cumprir a redução de três por cento anual ao nível de recursos humanos e, por outro lado, a necessidade de mais pessoal e não conseguindo mais pessoal eventualmente ter-se-á que recorrer a outsourcing porque caso contrário a Câmara será acusada de não conseguir fazer um serviço a que está obrigada. -----

--- Referiu que atualmente temos um quadro de pessoal de cerca de setecentos e cinquenta funcionários dos quais quinhentos estão na Câmara e duzentos e cinquenta estão nas escolas. Referiu que a Câmara já teve um quadro com mil funcionários, nos últimos anos perdeu cento e quarenta funcionários, daí as dificuldades e não podendo

contratar chega-se a um limite em que há um desequilíbrio relativamente a essa matéria.

--- Após mais alguma troca de impressões a Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores Susana Pita Soares, Luís Farinha e Inês Barroso e com cinco abstenções dos senhores Vereadores Celso Brás, António Carmo, Ricardo Segurado, Otília Torres e Francisco Madeira Lopes, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e dezasseis, aprovando ainda a proposta de empréstimos de curto prazo a contrair durante o período de vigência do orçamento e a proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais durante o mesmo período. -----

--- Mais foi deliberado enviar os documentos agora aprovados à Direcção-Geral das Autarquias Locais para cumprimento do estabelecido na alínea b), do número um, do artigo décimo da Lei quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto, tendo ainda sido deliberado remeter, posteriormente, o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -

--- **PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO E TARIFÁRIO PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS DA EMPRESA A.S. - EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM, E.M., S.A.** -----

--- Foi presente o ofício número S0185315, de vinte do corrente mês, da A.S. - **Empresa Águas de Santarém - EM, SA**, remetendo para aprovação do Executivo, nos termos do artigo vinte e cinco dos Estatutos da Empresa, o Plano de Atividades, o Orçamento e o Tarifário para dois mil e dezasseis, aprovado em reunião do Conselho de Administração.

--- A **senhora Presidente** em exercício deu a palavra à **senhora Administradora Executiva da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA, Dra. Teresa Ferreira**, que procedeu à apresentação dos documentos. -----

--- O senhor **Vereador Ricardo Segurado** disse que de acordo com aquilo que consta do documento há dois motivos de preocupação com este orçamento para o ano de dois mil e dezasseis, que se prendem com o aumento dos custos com o pessoal e com o

aumento dos custos com fornecimentos de serviços externos. -----

--- Disse não compreender e até questionar o porquê destes custos aumentarem porque “considera que faria todo o sentido perante aquilo que seria uma hipotética melhor situação financeira da parte da empresa, que estes custos fossem controlados, a não ser e *à contrario* que estivéssemos perante uma subida de receita de tal ordem em que seria entendível que houvesse uma necessidade de um maior recrutamento de colaboradores que, de certa forma, até poderia justificar um aumento do mesmo consumo e de aquisição de fornecimento de serviços externos. -----

--- Na verdade, quer para o caso das Águas de Santarém quer para o caso da Viver Santarém nós não verificamos nem uma nem outra situação e por isso a pergunta que deixamos é qual é a justificação para que no caso da Águas de Santarém haja um crescimento quer dos custos com pessoal quer dos custos com os fornecimentos de serviços externos.” -----

--- O senhor **Vereador Francisco Madeira Lopes** disse que os números do orçamento não lhe suscitam dúvidas em relação à sua regularidade. Obviamente que a questão que lhe parece mais relevante, embora o exemplo médio do aumento não seja aparentemente muito significativo, é este aumento de custos para as famílias e para as empresas, porque entende que no atual contexto e sem poder esquecer que não se trata apenas de um aumento do preço da água mas que atrás dele vem outros aumentos que surgem na mesma fatura, é um sinal negativo que se está a dar às pessoas num momento que já são tão fustigadas com um regime de austeridade que tem levado à redução do poder de compra dos portugueses. -----

--- Referiu que o sistema que foi criado ao longo dos anos de atribuir poder a uma entidade reguladora levando a que o Governo alijasse as suas responsabilidades e impedisse inclusivamente os próprios municípios de fazer a gestão do acesso social ao bem público água, condiciona e inclusivamente impõe coimas aos municípios que não cumprirem os pareceres da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. -----

--- Disse que compreende a situação, mas não pode estar de acordo neste momento, esperando que num futuro breve as condições de vida dos portugueses melhorem porque

também percebe que o preço da água, é relativamente baixo comparativamente com outros bens essenciais, mas a verdade é que é um bem que não pode ser posto em causa o seu acesso por parte de ninguém. -----

--- Por outro lado, acrescentou que as médias às vezes enganam porque a verdade é que há faturas de água em vários pontos do concelho, designadamente dentro da cidade, que atingem valores absolutamente extraordinários e exorbitantes e que um aparentemente pequeno aumento pode significar uma alteração significativa na fatura dos consumidores.-----

--- Concluiu dizendo que esta é a sua preocupação relativamente a este orçamento. -----

--- Referiu ainda que as evoluções em termos de saneamento são positivas, aguardando a visita aos equipamentos. Recordou mais uma vez a questão das vias de comunicação, as estradas que apresentam ainda algumas deficiências e que também havia a expectativa de que até final do ano tudo ficasse sanado. -----

--- Face às questões colocadas pelos senhores Vereadores, a senhora Presidente em exercício deu a palavra à **senhora Administradora Executiva da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA, Dra. Teresa Ferreira**, que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

--- Relativamente aos custos com pessoal disse não se prever para o próximo ano aumento do número de funcionários. Confirmou que este ano houve de facto um acréscimo de pessoas por via da entrada em funcionamento do saneamento. Até ao final do ano irão recrutar, embora via centro de emprego, duas pessoas para a Loja do Cidadão. Disse que irá terminar o ano, em princípio com cento e trinta colaboradores e será esse número que se pensa manter para o próximo ano. Não irão ser contratadas mais pessoas, no entanto, os custos com pessoal aumentam porque com esta indefinição relativamente ao orçamento de Estado, por prudência retiraram todos os cortes que neste momento existem relativamente à função pública. -----

--- Relativamente a fornecimentos de serviços externos disse que a empresa vai arrancar com todas as instalações até ao final do ano e com estas instalações a funcionar só de eletricidade para o ano prevê-se ter mais cento e oitenta mil euros. -----

--- Referiu que dos fornecimentos de serviços externos para além da energia há a recolha de lamas, muito mais ETARS, os custos com a vigilância e o controlo de pragas em todas as instalações e, portanto, isto são custos que não decorrem de um aumento do volume de negócios, mas de um aumento da capacidade instalada e de exploração e, portanto, os fornecimentos de serviços externos justificam-se por esta via. -----

--- Acrescentou que a Águas de Santarém vai ficar com mais de duzentas instalações somando estações elevatórias de água e saneamento e ETAR's para explorar. -----

--- Relativamente à questão das estradas disse já ter sido feita a receção provisória das empreitadas, no entanto em todos os autos de vistoria ficou uma listagem de situações por regularizar, tanto que o empreiteiro continua no terreno e embora a receção provisória já tenha ocorrido há situações que ainda estão a ser regularizadas e que ficaram evidenciadas nos autos de vistoria. -----

--- A Câmara, após mais alguma troca de impressões, deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Plano de Atividades, Orçamento e Tarifário da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA. para dois mil e dezasseis, dando-se o mesmo aqui por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento II), dela fazendo parte integrante. -----

--- Mais foi deliberado emitir a certidão solicitada isentando a empresa do pagamento da respetiva taxa, nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor. -----

--- Foi ainda deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

--- Não participou na apreciação e votação deste assunto, o senhor Presidente, por ser Presidente do Conselho de Administração da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA.. -----

--- **INSTRUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DOIS MIL E DEZASSEIS - VIVER SANTARÉM, DESPORTO, LAZER, EM, SA**-----

--- Foi presente o ofício número setenta e oito, de vinte do corrente mês da empresa

Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA do seguinte teor: -----

--- “Vem a VIVER Santarém, EM, SA, apresentar ao Município de Santarém os Instrumentos Previsionais, (...) para o ano de dois mil e dezasseis (...). -----

--- Mais se solicita que seja emitida a respetiva certidão de ata bem como a isenção do pagamento desse ato administrativo, de acordo com a alínea c) do número um do artigo vinte e um, conjugado com o artigo vinte e um A, do Regulamento Geral de Taxas do Município de Santarém, logo que os referidos documentos sejam aprovados em reunião de Executivo Municipal.” -----

--- A **senhora Presidente** em exercício deu a palavra à **senhora Diretora Administrativa e Financeira, Dr.ª Cristina Santos**, que procedeu à apresentação dos documentos. -----

--- O senhor **Vereador Francisco Madeira Lopes** disse não acompanhar a convicção de que a reestruturação da Viver Santarém, como é dito nos documentos foi feita em devido tempo, considerando que foi feita com atraso e que o Município tinha obrigação de ter, com maior antecedência e alerta, procedido à reestruturação da Viver Santarém ou ao seu encerramento, posição que na altura defendeu. -----

--- Lembrou que a Coligação Democrática Unitária não foi favorável à solução “Viver Santarém” nem à solução da reestruturação com os impactos que teve em termos dos trabalhadores. -----

--- Disse que se reafirma que o modelo empresarial tem vantagens claras nesta matéria também considera que este exemplo não é propriamente paradigmático dessa situação, reconhece que possa haver vantagens em termos de agilização do funcionamento da empresa, mas entende que a gestão da coisa pública tem obrigação de ser igualmente eficaz e trazer vantagens também para os munícipes e para a gestão de recursos que são escassos. Esta matéria que é uma matéria de promoção da atividade desportiva é, do seu ponto de vista, de carácter eminentemente público, não teria que ser através de um modelo empresarial, é essa a opção que é feita e aquilo que continua a verificar é que embora, aparentemente, para já, a empresa esteja a aguentar com algum equilíbrio, ainda assim, continua dependente de um subsídio que apesar de tudo continua a ter algum peso

significativo nas contas do Município e portanto de uma transferência da receita ou de financiamento municipal, o que considera preocupante. -----

--- Acrescentou que aquelas vantagens que foram propaladas em relação à empresa poder vir a alocar outro tipo de financiamento e outro tipo de verbas que enquanto a atividade fosse diretamente desempenhada pelo Município assim não aconteceria, a verdade é que não vê isso, de forma substancial a acontecer na Viver Santarém, o que acontece é que é o Município a sustentar. -----

--- Disse haver um peso muito grande na componente das piscinas municipais e que é um fator que pode ter uma flutuação imprevisível, que não tem só a ver com o clima, pode ter a ver também com concorrência, o que pode levar a alterar de um ano para o outro o equilíbrio financeiro da empresa o que, obviamente, é uma preocupação, mas, para já, o ano ajudou. -----

--- Disse não mudar a posição, mas fica satisfeito se não houver novamente uma revoada de despedimentos, como temia que viesse a acontecer a curto prazo. -----

--- O senhor **Vereador Ricardo Segurado** começou por referir que o relatório do segundo trimestre de dois mil e quinze é negativo o que é normal já que é o que não reflete ainda aquela que é a grande atividade da empresa municipal. O terceiro trimestre já é positivo porque já faz esse enquadramento sobre aquilo que foram as condições climatéricas mas não pode deixar de manifestar uma preocupação que é, olhando para o contrato celebrado entre a Viver Santarém e a Câmara Municipal de Santarém que assume as responsabilidades da Câmara, e uma vez que é possível presumir, desde logo que o verão foi positivo para as contas da autarquia, em segundo lugar o Festival Nacional de Gastronomia foi um sucesso, por isso há tantas coisas que estão a dar resultados positivos para a empresa, pelo que coloca a questão, tal como colocou para a Águas de Santarém, que é se não faria sentido que o esforço financeiro que é exigido à Câmara Municipal fosse reduzido. Prosseguiu referindo que tendo havido uma redução dos trabalhadores da empresa municipal, tendo havido uma reorganização financeiro-contabilística da empresa municipal, verificando-se que as receitas até estão a ser positivas, as atividades diversas que a Viver Santarém está a promover e promove estão

a transmitir e a apresentar para a empresa bons resultados financeiros, tudo isto só fará sentido se de facto para a autarquia houver uma redução da sua responsabilidade para com a empresa, portanto a pergunta que coloca é exatamente porque é que perante resultados positivos, conforme aqui são apresentados, porque é que o exercício e o esforço que é exigido à Câmara é exatamente o mesmo de quando os resultados não eram assim tão bons. -----

--- O senhor **Vereador Francisco Madeira Lopes** interveio novamente referindo que no contrato-programa é dito que a reestruturação visava a sustentabilidade económica e financeira e que, com as alterações e a redução das áreas de negócio, é possível projetar no futuro essa autossustentabilidade. Considerou esta afirmação arrojada, não só face àquela que é a principal fonte de receitas que tem a ver com as piscinas municipais e que está dependente de um conjunto de fatores exógenos à própria empresa, como face ao valor ainda muito elevado de transferência direta do Município e, aparentemente, apesar disso no contrato aponta-se para uma projeção no futuro de autossustentabilidade. Disse louvar o otimismo, mas não o considerar muito realista. -----

--- Disse ter ficado surpreendido por não terem sido realizadas as atividades de animação, esperando que para o próximo ano se volte a investir nessas atividades que considera importantes para a dinamização do centro histórico. -----

--- No sentido de responder cabalmente às questões e dúvidas anteriormente colocadas pelos senhores Vereadores, a senhora Presidente em exercício deu a palavra à **Diretora Administrativa e Financeira da Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA** que teceu os seguintes esclarecimentos: -----

--- Respondendo ao senhor Vereador Ricardo Segurado, sobre a diminuição dos encargos da Câmara Municipal de Santarém com a empresa Viver Santarém, recordou “que de resultados operacionais negativos do ano de dois mil e doze a Câmara teve que suportar um milhão quinhentos e noventa e nove mil euros e de resultados operacionais negativos do ano de dois mil e treze a Câmara suportou um pouco mais de um milhão e seiscentos mil euros. Ou seja, no ano de dois mil e quinze a Câmara poupou um milhão de euros na subsidiação por cobertura de prejuízos ou por celebração de contrato-

programa.-----

--- No ano de dois mil e catorze, apesar de a reestruturação ter sido feita parte em agosto, parte em junho, parte em outubro, ainda assim, a Câmara Municipal de Santarém só transferiu para a empresa municipal seiscentos mil euros no ano de dois mil e catorze, e conseguiu-se o equilíbrio das contas. No ano de dois mil e quinze estão previstos os mesmos seiscentos mil euros porque ainda existem alguns resultados que é necessário equilibrar. Prevê-se que o ano dois mil e dezasseis seja o último em que sejam necessários os seiscentos mil euros.”-----

--- Disse estar previsto que no ano dois mil e dezassete o contrato-programa e o contrato de prestações de serviços baixem para os quinhentos mil euros.-----

--- Sublinhou que no relatório do terceiro trimestre o peso do financiamento municipal entre subsídio à exploração e financiamento por via do contrato de prestação de serviços correspondia a dezassete vírgula um da totalidade das receitas geradas pela empresa. ----

--- Confirmou que as cortes estavam previstas no plano de dois mil e quinze mas como os resultados do ano anterior não teriam sido os esperados e também porque a Câmara Municipal de Santarém promoveu o In Santarém, um projeto cultural mais abrangente e também seria o primeiro ano e as datas seriam coincidentes, por conjugação de interesses entre a Câmara Municipal de Santarém e as suas atividades no âmbito da cultura e a Viver Santarém no âmbito da reestruturação desta atividade para ela se tornar mais apelativa e mais abrangente foi decidido, em conjunto, não fazer as cortes de Santarém que seriam em setembro, e fazê-las no ano de dois mil e dezasseis em maio e já num formato diferente. -----

--- A Câmara, após mais alguma troca de impressões, deliberou, por maioria, com voto a favor da senhora Presidente em exercício, Susana Pita Soares e cinco abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e do senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária aprovar os documentos previsionais da Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA., que aqui se dão por reproduzidos, ficando cópia anexa à presente ata (documento III), dela fazendo parte integrante).-----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação nos

termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- Foi ainda deliberado emitir a certidão solicitada isentando a empresa do pagamento da respetiva taxa, nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor.-----

--- Não participaram na discussão e votação deste assunto, os senhores Presidente e Vereadores Inês Barroso e Luís Farinha, em virtude de integrarem o Conselho de Administração da Empresa.-----

--- **CONTRATO PROGRAMA - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E VIVER SANTARÉM, DESPORTO, LAZER, EM, SA PARA O ANO DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

--- Foi presente o ofício número setenta e oito, de vinte do corrente mês da empresa **Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA** do seguinte teor: -----

--- “Vem a VIVER Santarém, EM, SA, apresentar ao Município de Santarém (...) Contrato Programa para o ano de dois mil e dezasseis e Parecer do Fiscal Único (...). ---

--- Mais se solicita que seja emitida a respetiva certidão de ata bem como a isenção do pagamento desse ato administrativo, de acordo com a alínea c) do número um do artigo vinte e um, conjugado com o artigo vinte e um A, do Regulamento Geral de Taxas do Município de Santarém, logo que os referidos documentos sejam aprovados em reunião de Executivo Municipal.” -----

--- Tendo a apreciação deste assunto sido feita em conjunto com a apreciação dos Instrumentos Previsionais da empresa foi o mesmo submetido a votação tendo a Câmara deliberado, por maioria, com voto a favor da senhora Presidente em exercício, Susana Pita Soares, e cinco abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e do senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária, aprovar o contrato programa a celebrar com a Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA., que aqui se dá por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento IV), dela fazendo parte integrante. -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e

votação nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

--- Foi ainda deliberado emitir a certidão solicitada isentando a empresa do pagamento da respetiva taxa, nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor. -----

--- Não participaram na discussão e votação deste assunto, os senhores Presidente e Vereadores Inês Barroso e Luís Farinha, em virtude de integrarem o Conselho de Administração da Empresa em causa. -----

--- **ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO COM O NOVO BANCO** -----

--- Pela **Secção de Contabilidade** foi presente a informação número cento e cinquenta, de doze do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência dos contactos havidos entre esta edilidade e o Novo Banco, tendentes à redução da taxa de juro afeta ao empréstimo em epígrafe, nomeadamente o seu “spread”, vem agora esta entidade bancária apresentar, em forma de adenda, a respetiva alteração à cláusula “Juros” do contrato inicial, fixando-se agora o “spread” nos quatro vírgula cinco pontos percentuais, quando originalmente este indexante se fixava nos sete pontos percentuais. -----

--- Em anexo a esta informação segue a Adenda ao Contrato de Abertura de Crédito a Prazo Fixo com o número 001612000066792 (empréstimo de saneamento financeiro com o Novo Banco), que deve ser presente aos respetivos Órgãos Municipais a fim de por estes ser aprovada.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao empréstimo de saneamento financeiro celebrado com o Novo Banco, SA em quinze de fevereiro de dois mil e treze que aqui se dá por reproduzida, ficando anexa à presente ata (Documento V), dela fazendo parte integrante. -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal de Santarém para efeitos de apreciação e votação nos termos da alínea f) do número um e do número quatro do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze,

de doze de setembro conjugados com o artigo quarenta e nove da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.-----

--- **PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AOS GRUPOS DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**-----

--- Foi presente a informação número quatrocentos e seis, de dezasseis do corrente mês, da **Divisão de Ação Social e Saúde**, que a seguir se transcreve: -----

--- “No âmbito do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio aos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município de Santarém e na sequência da audiência de interessados realizada, nomeadamente através do envio de sugestões e nas reuniões de oito e nove de outubro, junto documento com as alterações sugeridas pelos interessados e que se enquadram no domínio e parâmetros, quer financeiros, quer sociais do referido projeto de regulamento. -----

--- Desta forma, salientam-se as alterações na redação do Artigo segundo; Artigo quarto; Artigo quinto, número um, alínea h); Artigo sexto, número um, alínea a); Artigo sétimo e Artigo oitavo, número um.-----

--- **Artigo segundo - Objeto** -----

--- *O presente regulamento estabelece as normas e procedimentos a adotar pela Câmara Municipal de Santarém no âmbito da atribuição de apoio financeiro aos grupos de dadores benévolos de sangue do município de Santarém, legalmente constituídos, ou às associações e IPSS com esta resposta e que desenvolvam atividades no âmbito da saúde e da dádiva de sangue, de interesse municipal, na área do Município de Santarém.*

--- **Artigo quarto - Eixos de apoio** -----

--- **Um** - *O presente regulamento contempla dois eixos de apoio:* -----

--- a) *Eixo um: Apoio financeiro por dador de sangue presente nas sessões de dádiva;*--

--- b) *Eixo dois: Apoio para a realização de atividades de promoção da dádiva de sangue aquando do aniversário do grupo de dadores benévolos de sangue.*-----

--- **Dois** – *O Eixo um – O apoio financeiro por dador de sangue presente nas sessões de dádiva consiste na atribuição de dois euros, até ao máximo de trezentos dadores por ano.*-----

--- **Três** – O Eixo dois – O apoio à realização de atividades e eventos de promoção da dádiva de sangue aquando do aniversário do grupo de dadores benévolos de sangue contempla as ações de informação, sensibilização e educação para a dádiva de sangue, máximo de duas sessões/ano, e outras iniciativas comemorativas realizadas com o objetivo de assinalar o aniversário, participando a Câmara Municipal de Santarém com um total de quatrocentos euros distribuídos da seguinte forma: cem euros por sessão de promoção da dádiva de sangue e duzentos euros para outra (s) atividade (s) comemorativa (s) do aniversário.-----

--- **Artigo quinto - Requisitos de candidatura** -----

--- h) Cópia do relatório de atividades e contas do ano transato (com referência ao número de dadores nas sessões e participantes nas iniciativas de promoção da dádiva);

--- **Artigo sexto - Critérios de análise das candidaturas** -----

--- Um – Atendendo ao teor dos documentos referidos no artigo anterior, as candidaturas serão analisadas com base nos seguintes critérios:-----

--- a) Número de dadores presentes nas sessões de dádiva promovidas no ano transato;

--- b) Número de participantes e abrangência das atividades realizadas no âmbito da promoção, informação, sensibilização e educação para a dádiva de sangue do ano transato. -----

--- **Artigo sétimo - Apresentação das candidaturas**-----

--- Um – As candidaturas deverão ser apresentadas até dia quinze de fevereiro. -----

--- **Artigo oitavo – Avaliação** -----

--- Um – As instituições beneficiárias devem apresentar relatório de atividades executadas, com particular incidência nos aspetos de natureza financeira, com explicitação dos objetivos e/ou resultados alcançados com a realização das atividades/ações, onde constem também as respetivas provas documentais com o número de dadores presentes, incluindo documento do Instituto de Sangue e da Transplantação que ateste o número de dadores por sessão e ou por ano. -----

--- Mais se informa, que terminada a fase da audiência de interessados e após inclusão dos contributos entendidos como relevantes no documento, fase concluída, deverá este

ser presente ao Executivo Municipal, propondo-se, caso seja esse o entendimento, que submeta o referido Regulamento Municipal a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea K) do número um do artigo trinta e três, conjugado com o consignado na alínea g) do número um do artigo vinte e cinco, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio aos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município de Santarém, que aqui se dá por reproduzido, ficando anexo à presente ata (Documento VI), dela fazendo parte integrante, devendo o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e votação nos termos da alínea k) do número um do artigo trinta e três, conjugado com o consignado na alínea g) do número um do artigo vinte e cinco, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.-----

--- **HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO DA CAFETARIA MOINHO DE FAU - ADJUDICAÇÃO E CONTRATO**-----

--- Pela **Secção de Património** foi presente a informação número cinquenta e seis, de vinte e cinco do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Tendo em conta que no dia dezasseis de setembro foi adjudicado provisoriamente o arrendamento da Cafetaria “Moinho de Fau, ao senhor João Carlos dos Santos Queirós, conforme Auto de arrematação em anexo.-----

--- No dia de ontem foram entregues pelo senhor João Carlos dos Santos Queirós, os documentos ao abrigo do ponto dezasseis ponto quatro do caderno de encargos, abaixo descritos: -----

--- a) Declaração de que não está em dívida ao Estado Português por impostos, passada pela Repartição de Finanças; -----

--- b) Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente às contribuições para a Segurança Social, passada pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; -----

--- c) Caução ou garantia bancária no valor correspondente a duas mensalidades.-----

--- Sugere-se, salvo melhor opinião, que os documentos sejam reencaminhados para a

Divisão Jurídica para a respetiva análise e realização do contrato.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar definitivamente o arrendamento da Cafeteria Moinho de Fau a João Carlos dos Santos Queirós e aprovar a minuta do contrato de arrendamento, nos termos da cláusula dezasseis ponto três do Caderno de Encargos, dando-se a mesma aqui por reproduzida, ficando cópia anexa à presente ata (Documento VII), dela fazendo parte integrante.-----

--- **ACORDO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. E O MUNICÍPIO NO ÂMBITO DE PROJETO QUE VISA PROMOVER A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NUTRICIONAIS EM MEIO ESCOLAR – RATIFICAÇÃO** --

--- Pela **Divisão de Educação e Juventude** foi presente a informação número cento e trinta, de dezassete do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Foi o Município de Santarém contactado no sentido de integrar como parceiro do projeto “Eat Mediterranean: A Program for Eliminating Dietary Inequality in Schools” a decorrer no ano letivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis.-----

--- Este é um projeto de saúde pública que tem por finalidade contribuir para a redução das desigualdades nutricionais em meio escolar, através da promoção da Dieta Mediterrânica. Dieta que traduz um estilo de vida e não apenas um padrão alimentar, tendo sido reconhecida em dezembro de dois mil e treze como Património Mundial e Imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).-----

--- Projeto de intervenção comunitária, em parceria com diversas entidades, dirigido à comunidade educativa (alunos, professores e profissionais da escola, pais e encarregados de educação) dos Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira e Agrupamento de Escolas José relvas em Alpiarça, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, abrangendo um total aproximado de seis mil alunos, quinhentos e sessenta docentes, cento e noventa não docentes e cento e trinta e sete mil e cem pais e/ou encarregados de educação.-----

--- De entre as responsabilidades a serem cumpridas pelo município, nesta parceria,

muitas vão de encontro aos objetivos e ações que têm vindo a ser desenvolvidas pelos técnicos da Divisão de Educação, quer no âmbito da divulgação e dinamização de temáticas sobre alimentação saudável, trabalhadas em ambiente escolar, quer no acompanhamento e vigilância através de visitas regulares aos refeitórios dos estabelecimentos de ensino do concelho, no âmbito da avaliação das condições de segurança higiene e saúde desenvolvidas em parceria conjunta com técnicos da Saúde Pública, serviço de sanidade e higiene pública veterinária e divisão de educação. -----

--- Considerando de interesse municipal o projeto apresentado, pelas iniciativas adotadas que seguem um modelo de intervenção multissetorial de promoção da alimentação saudável e exercício físico em ambiente privilegiado, coloco a presente à consideração superior.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do Acordo de Parceria celebrado entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município no âmbito de projeto que visa promover a redução das desigualdades nutricionais em meio escolar, que aqui se dá por reproduzido, ficando anexo à presente ata (Documento VIII) dela fazendo parte integrante. -----

--- **ENCARGOS COM CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA - ANO DOIS MIL E QUINZE** -----

--- Pela **Divisão de Educação e Juventude** foi presente a informação número oitenta e sete, de vinte e nove de maio último, do seguinte teor: -----

--- “No âmbito da planificação de encargos para Cedência de Espaços, propõe-se a transferência de verbas para as entidades/associações, que têm vindo a ceder as suas instalações para funcionamento de estabelecimentos de ensino e serviços de apoio à família, nomeadamente fornecimento de refeições e atividades, pretendendo-se desta forma compensar os consumos decorrentes da utilização dos espaços como água e eletricidade. -----

--- Esta verba, conforme consta no quadro anexo, é definida de acordo com a utilização e compreende os meses de setembro a dezembro inclusive, apresentando um valor

mensal de mil quatrocentos e quarenta euros, o que perfaz, um total para o ano de dois mil e quinze (setembro a dezembro) e para efeito de cabimentação, de cinco mil setecentos e sessenta euros.-----

--- Os Acordos de Colaboração celebrados e em vigor, para os anos letivos seguintes (caso não sejam revogados por nenhuma das partes), conforme número um da cláusula terceira – vigência do Protocolo: “O presente Protocolo é válido para o ano letivo dois mil e treze/catorze (setembro a junho), podendo ser renovado por períodos subsequentes semelhantes, se nenhuma das partes o denunciar.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verbas, no âmbito dos acordos de colaboração celebrados com as entidades que cedem Espaços para funcionamento de estabelecimentos de ensino e serviços de apoio à família, a efetuar mensalmente e totalizando cinco mil setecentos e sessenta euros relativos aos meses de setembro a dezembro de dois mil e quinze, distribuídos de acordo com o quadro resumo anexo à informação da Divisão de Educação e Juventude, atrás transcrita e que aqui se dá por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento IX), dela fazendo parte integrante. -----

--- **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLOTURISMO E UTILIZADORES DE BICICLETA - VIII PASSEIO DE CICLOTURISMO LISBOA - SANTARÉM (FESTIVAL BIKE) - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA – RATIFICAÇÃO** -----

--- Pela **Secção de Receitas** foi presente a informação número duzentos e dez, de vinte e quatro de agosto último, que a seguir se transcreve: -----

--- “Relativamente ao pedido formulado pela Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta, para a realização do evento acima referido, no próximo dia dezoito de outubro, com início pelas oito horas e trinta minutos no parque do Tejo e chegada a Santarém pela doze horas, junto ao CNEMA, informo que não temos conhecimento da realização de outra atividade para a mesma data e local, sugerindo o envio deste pedido para o DTGT-Departamento Técnico e Gestão Territorial, no sentido de ser emitido parecer técnico pelo setor de trânsito. -----

--- Em relação ao pedido de isenção do pagamento de taxa por emissão de alvará de prova desportiva, no valor de trinta e dois euros e cinco cêntimos (alínea a) do artigo quarenta e oito do capítulo XVII da Tabela de Taxas), que foi formulado, informo que se trata de uma pessoa coletiva de utilidade pública, cujo comprovativo anexo e tendo em conta a publicação da Lei número cinquenta e três-E/dois mil e seis de vinte e nove de dezembro e alínea a) do número dois do artigo vinte e um e alínea e) do número dois do artigo vinte e um-A do Capítulo III do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Santarém, sugere-se desta forma, que eventualmente a senhora Vereadora autorize a isenção, devendo posteriormente ser o mesmo levado a conhecimento do senhor Presidente com proposta de agendamento para ratificação da isenção, em reunião do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do artigo trinta e três do anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que, em vinte do corrente mês, isentou a Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta do pagamento de taxa por emissão de alvará relativo ao “VIII Passeio De Ciclismo Lisboa Santarém” (Festival Bike). -----

--- **PASSEIO DE CICLOTURISMO DUAS PONTES - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA – RATIFICAÇÃO** -----

--- Foi presente a informação número duzentos e cinquenta e três, de vinte e nove do mês findo, da **Secção de Receitas**, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao pedido formulado pela Federação Portuguesa de Ciclismo, para a realização do evento acima referido, no próximo dia dezoito de outubro, informo que nesta data vai decorrer o “VIII Passeio de Ciclismo Lisboa – Santarém (Festival Bike)”, sugerindo o envio deste pedido para o DTGT-Departamento Técnico e Gestão Territorial, no sentido de ser avaliada a compatibilidade de ambas as provas e a emissão do respetivo parecer técnico. -----

--- Em relação ao pedido de isenção do pagamento de taxa, por emissão de alvará de prova desportiva, caso se venha a realizar a prova, no valor de trinta e dois euros e cinco cêntimos (alínea a) do artigo quarenta e oito do capítulo XVII da nossa Tabela de

Taxas), que foi formulado, informo que se trata de uma pessoa coletiva de utilidade pública, cujo comprovativo anexo e tendo em conta a publicação da Lei número cinquenta e três-E/dois mil e seis de vinte e nove de dezembro e alínea a) do número dois do artigo vinte e um e alínea e) do número dois do artigo vinte e um-A do Capítulo III do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Santarém, sugere-se desta forma, que eventualmente a senhora Vereadora autorize a isenção, devendo posteriormente ser o mesmo levado a conhecimento do senhor Presidente com proposta de agendamento para ratificação da isenção, em reunião do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do artigo trinta e três do anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro.”

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que, em vinte do corrente mês isentou a Federação Portuguesa de Ciclismo do pagamento da taxa devida por emissão de alvará para realização do Passeio de Cicloturismo Duas Pontes. -----

--- **EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DO CONCELHO DE SANTARÉM - MINUTA DE CONTRATO** -----

--- Na sequência da deliberação de catorze do mês findo, pela **Secção de Expropriações e Notariado** foi presente a minuta do contrato a celebrar com a empresa CIVIBÉRICA – Obras Cívicas, SA, referente à Empreitada de Conservação e Manutenção de Estradas do Concelho de Santarém. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos da minuta do contrato, que aqui se dá por reproduzida, ficando anexa à presente ata (Documento X), dela fazendo parte integrante, relativa à empreitada de Conservação e Manutenção de Estradas do Concelho de Santarém a celebrar com Civibérica, Obras Cívicas, S.A.. -----

--- O Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:-----

--- “O Partido Socialista vota favoravelmente. Contudo, este voto favorável não é extensível ao ato formal, no momento da outorga do contrato, que obriga à existência de fundos disponíveis, para a realização da despesa, nos termos do artigo oitavo do Decreto-Lei número cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de junho.” -----

--- **PROPOSTA PARA A CONTRATACÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA**

**REVISÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO - ANOS DE DOIS MIL E DEZASSEIS
E DOIS MIL E DEZASSETE - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO**-----

--- Pela **Secção de Contabilidade** foi presente a informação número cento e quarenta e dois/dois mil e quinze, de trinta de setembro, que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que se torna necessário proceder à contratação da aquisição de um auditor externo de acordo com o estabelecido no número dois do artigo setenta e sete da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, o qual deverá proceder anualmente à revisão das contas, competindo-lhe, entre outras funções, verificar a regularidade dos livros de registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, assim como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município, proceder à verificação dos valores patrimoniais ou recebidos em garantia e remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

--- Também compete ao auditor externo emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras. -----

--- Compete, ainda, ao auditor externo pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei. -----

--- Considerando que nos termos do artigo quatro da Portaria número quarenta e oito/dois mil e catorze, de vinte e seis de fevereiro, foi solicitada ao INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, o qual nos informou não existirem trabalhadores em situação de requalificação com o perfil por nós identificado, conforme disposto na alínea a, do número seis do artigo setenta e cinco da Lei do Orçamento do Estado dois mil e quinze. -----

--- Em conformidade com a legislação inicialmente, o auditor externo é nomeado por

deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.-----

--- Mais informo que, no caso de ser considerada a contratação de auditor externo, que poderão existir ganhos quer ao nível processual quer ao nível financeiro para a autarquia se a contratualização do auditor externo for feita por um período de dois anos, proporcionando, desde logo, uma garantia da continuidade da prestação do serviço, ao mesmo tempo que permite obter um conhecimento mais rigoroso sobre a situação económica e financeira desta edilidade, alcançando ganhos de eficiência e melhoria da qualidade da informação financeira produzida. Podendo ainda obter-se ganhos ao nível do preço apresentado pelos concorrentes, na medida em que as propostas de orçamento terão em consideração a continuidade da prestação do serviço por um período superior a um exercício económico.-----

--- Neste contexto informo ainda, que o preço máximo que o Município de Santarém se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto da presente contratação é de treze mil novecentos e quatro euros/ano, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, valor apurado de acordo com a redução remuneratória, estipulada pelo no número quatro do artigo setenta e cinco da Lei número oitenta e dois-B/dois mil e catorze de trinta e um de dezembro (LOE dois mil e quinze). Neste contexto informo ainda, que o custo global associado ao biénio em curso ascendeu a sete mil e quinhentos euros por ano mais IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. -----

--- Considerando que, face ao exposto, torna-se necessário recorrer a uma empresa, que forneça este tipo de serviços, submete-se à consideração superior a presente proposta de contratação que visa essencialmente o seguinte: -----

--- Um – Tipo de contrato -----

--- Aquisição de serviços - Nos termos do artigo quatrocentos e cinquenta do Código dos Contratos Públicos, entende-se por aquisição de serviços o contrato pelo qual o contraente público adquire a prestação de um ou vários tipos de serviços mediante o pagamento de um preço. -----

ATA N.º 24
Mandato 2013-2017
Reunião de 26 de outubro de 2015

- Dois – Objeto do contrato -----
- Contratação de auditor externo para as contas do Município - Anos de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete -----
- Três – Preço base contratual - Nos termos do artigo quarenta e sete do Código dos Contratos Públicos, o preço base é entendido como “o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto”, sendo que nestes termos se pretende que o serviço requisitante indique o preço base a fixar no caderno de Encargos. -----
- Sete mil e quinhentos euros por ano, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----
- Quatro – Critério de adjudicação a adotar -----
- • Proposta de mais baixo preço -----
- Cinco – Empresas a convidar -----
- • Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, com sede na Rua de Artilharia Um, cento e quatro – quarto esquerdo, Lisboa; -----
- • Vítor Oliveira e Hélia Félix, SROC, com sede na Rua Ramalho Ortigão dezassete, terceiro, Lisboa -----
- • Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, Lda., Rua Julieta Ferrão, doze, sala novecentos e treze, Torre A, Lisboa -----
- • BDO & Associados, SROC, Limitada, com sede na Avenida da República, cinquenta-décimo, Lisboa; -----
- • MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC, com sede na Rua Odette Saint-Maurice, Lote três C, Piso zero, Esc C, Lisboa; -----
- • Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Limitada, com sede na Rua Nova dos Mercadores (EXPO), Lote 2.03.03B, Lisboa; -----
- • Oliveira, Reis & Associados, SROC, Limitada, com sede na Avenida da Liberdade, número duzentos e quarenta e cinco – oitavo A,B e C, Lisboa; -----
- • UHY & Associados, SROC, Limitada, com sede no Campo Grande, vinte e oito – quinto A/D, Lisboa; -----

--- • Moore Stephens & Associados, SROC, SA, com sede na Avenida Miguel Bombarda, trinta e seis, Lisboa;-----

--- Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada Â, SROC, com sede na Rua Tascoa, dezasseis Piso dois, Sala F – Edifício Belavista P, Monte Abraão Sintra. -----

--- Seis – Elementos que constituirão o júri do procedimento-----

--- Presidente: Hugo Costa -----

--- Vogal: Mário Salgueiro -----

--- Vogal: Noémia Fonseca -----

--- Suplente: Cristina Carvalho -----

--- Suplente: Mário Silva -----

--- Sete – Caderno de Encargos e formulário da proposta -----

--- Segue em anexo o caderno de encargos que suportará a presente contratação, assim como o formulário da proposta a ser preenchido pelos concorrentes. -----

--- Mais se informa que, a presente informação tem de cumprir o disposto do Despacho conjunto número quarenta e três/P, para que a Contratação Pública possa diligenciar os subsequentes trâmites legais necessários à efetivação da contratação.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de auditor externo para revisão das contas do Município - anos de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. -----

--- **OFERTAS DE MATERIAL INSTITUCIONAL – RATIFICAÇÃO** -----

--- Foi presente a informação número cento e dez do **Gabinete de Apoio à Presidência – Relações Públicas e Comunicação**, de seis do corrente mês, que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que esta autarquia recebeu vários pedidos de material para oferecer, que abaixo se discriminam:-----

--- • Oitenta cadernos Forcados, no valor de cento e sessenta e oito euros, oitenta esferográficas da Marca, no valor de vinte e oito euros, solicitados pela Comissão de Praxe da Escola Superior de Saúde, para ofertas aos novos alunos, no âmbito da Semana da Praxe;-----

ATA N.º 24
Mandato 2013-2017
Reunião de 26 de outubro de 2015

--- • Quatro tábuas gastronómicas “Venha Provar Santarém”, quatro bolsas “Santarém Capital do Gótico”, para ofertas aos grupos participantes no Minifestival de Folclore, solicitados pelo Rancho Folclórico de Santo António da Várzea, no dia três de outubro; -

--- • Duas tábuas gastronómicas “Venha Provar Santarém”, duas bolsas “Santarém Capital do Gótico”, para ofertas aos grupos participantes da Tarde de Folclore Ribatejano, solicitados pelo Rancho Folclórico do Bairro de Santarém, no dia vinte e sete de setembro;-----

--- • Onze canecas da marca, no valor de dezoito euros e cinquenta e nove cêntimos, onze bolsas “Santarém Capital do Gótico”, solicitadas pelo Atlético Clube de Pernes, para ofertas às equipas participantes do torneio de futebol, no dia vinte e seis de setembro;-----

--- • Cento e cinquenta cadernos Forcados, no valor de trezentos e quinze euros, cento e cinquenta esferográficas da Marca, no valor de cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos, solicitados pela Comissão de Praxe da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, para ofertas aos novos alunos, no âmbito da Semana da Praxe;-----

--- • Trinta postais da marca, no valor de dezoito euros, para ofertas aos palestrantes participantes das II Jornadas promovida pela União de Saúde Familiar de São Domingos, nos dias dois e três de outubro;-----

--- • Sessenta T-shirts do dez de junho, para ofertas as crianças pertencentes à equipa de futsal, solicitadas pela Cruz de Cristo Atlético Clube da Póvoa da Isenta; -----

--- • Cem cadernos Touro e Campino, no valor de duzentos e dez euros, cem esferográficas da Marca, no valor de trinta e cinco euros, solicitados pela Comissão de Praxe da Escola Superior de Educação de Santarém, para ofertas aos novos alunos, no âmbito da Semana da Praxe;-----

--- • Quatro livros “A Feira a Preto e Branco”, no valor de quarenta euros, quatro sacos vermelhos da Marca, no valor de um euro e oitenta e quatro cêntimos, solicitadas pela Cruz Vermelha Portuguesa, para ofertas para a Gala de Aniversário daquela entidade, dia três de outubro;-----

--- • Vinte e cinco sacos brancos da Marca, no valor de oito euros e setenta e cinco

cêntimos, vinte e cinco postais da Marca, no valor de quinze euros, vinte e cinco mapas trêsD, para ofertas aos participantes do passeio Todo-o-Terreno, solicitados pelo Clube Duster Portuga, no dia vinte e quatro de outubro; -----

--- Considerando que houve entendimento superior de se fornecerem os referidos materiais, sugere-se que seja concedido um apoio enquadrado nos termos da alínea u) do número um, do artigo trinta e três, do anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, devendo a presente informação ser sujeita à próxima reunião do executivo municipal, para ratificação/deliberação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que autorizou a oferta de diversos materiais institucionais a múltiplas entidades. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- **Relatório de acompanhamento do primeiro semestre de dois mil e quinze** da VIVER Santarém, E.M., S.A., do Revisor Oficial de Contas. -----

--- A Câmara tomou conhecimento, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

--- **Relatório de acompanhamento do terceiro trimestre de execução orçamental** - VIVER Santarém, Desporto, Lazer, EM, SA.-----

--- A Câmara tomou conhecimento, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** recordou que a próxima reunião do executivo municipal se encontra marcada para o dia nove de novembro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe é conferida pelos números um e dois do artigo quarenta e nove, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, sem que se tenha verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

ATA N.º 24
Mandato 2013-2017
Reunião de 26 de outubro de 2015

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dezanove horas e vinte minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Coordenadora Técnica
a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- Celso Brás _____

--- Susana Pita Soares _____

--- António Carmo _____

--- Luís Farinha _____

--- Ricardo Segurado _____

--- Francisco Madeira Lopes _____

--- Inês Barroso _____

--- Otilia Torres _____